



ATA N.º 07/XIII-1º/2021-25

1 - Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, na Escola Básica e Secundária Professor Ruy Luís Gomes, sita na avenida Professor Ruy Luís Gomes, no Laranjeiro, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro da Assembleia Municipal com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Eleição do Presidente de Junta em representação das freguesias do Concelho no Conselho Municipal de Educação de Almada e suplente;

3.2 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Anual de Atividades para 2022 – Provedor dos Animais do Município de Almada”;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU de Cacilhas”;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Monte de Caparica”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Porto Brandão”;

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Pragal”;

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Sobreda”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Pedido de prorrogação do prazo para a concretização da transferência de competências para o Município no domínio da Ação Social”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelos Secretários Paulo Viegas e Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissolle Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaíça (PS); Pedro Miguel de Amorim matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações das Senhoras Deputadas Municipais Marta Cortez dos Santos (PS) e Inês Pizarat Correia Bom (BE), informando da impossibilidade de estarem presentes, solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano (PS) e Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.1.2 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia que a Senhora Vereadora Maria das Dores Marques Banheiro Meira não pode estar presente sendo substituída pelo Senhor Vereador Tiago David Costa Galveia e da Senhora Vereadora Joana Mortágua sendo substituída pelo Senhor Vereador Jefferson Oliveira.

4.3 –Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN) sobre “Esclarecimento acerca do lançamento de fogos de artifício na passagem de ano de 2021 para 2022”, enviado para a Câmara Municipal em 24/01/2022, foi respondido no dia 18/02/2022;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Saída da GNR do castelo de Almada e a Reabilitação do Imóvel de interesse histórico para a cidade pelo Programa REVIVE”, enviado para a Câmara Municipal em 04/02/2022, ainda não foi respondido;

4.3.3 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Julgados de Paz em Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 04/02/2022, ainda não foi respondido;

4.3.4 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Aquisição de terrenos e início do projeto Almada Cidade da Água na Margueira em Cacilhas”, enviado para a Câmara Municipal em 04/02/2022, ainda não foi respondido;

4.3.5 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Requalificação das Baterias de Alpena e Raposeira na Trafaria”, enviado para a Câmara Municipal em 04/02/2022, ainda não foi respondido;

4.3.6 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Solicitação de documentação relativa a processo de requalificação urbana (Processo nº 94/58”, enviado para a Câmara Municipal em 04/02/2022, ainda não foi respondido;

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/as Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas nº 04/XIII-1º/2021-25, 05/XIII-1º/2021-25 e 06/XIII-1º/2021-25 e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes João Rocha, Soraia Tender, João Teixeira, Celda Franco, Idália Silva e Pedro Rebelo.

5.1.1 – O Senhor Múncipe João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na qualidade de Múncipe, venho por este meio apelar a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, no sentido de que o Pavilhão Gimnodesportivo, considerado Municipal, sediado na Quinta do Bau-Bau, sito na Sobreda, esteja aberto diariamente para todos os Múncipes, residentes neste Concelho, como também todos os seus espaços verdes circundantes, sejam aproveitados para os jovens praticarem desporto e, para usufruto dos Sobredenses. Todavia, este continua encerrado a sete chaves, aparentando ser mais um Convento de Frades, de que um local publico, sendo o mesmo, construído com os impostos de todos nós, talvez os Sobredenses, cuja sua intenção é apenas impedir o desenvolvimento da Sobreda tanto ao nível social, desportivo e de mais situações, como por exemplo: a polémica criada em volta da nova rotunda do Texugo, havendo ate reclamações, relacionadas com o simples pó, provocado por esta obra e, de uma outra, ou seja do novo Continente, construído recentemente também nesta localidade.

No entanto, não podia de deixar de elogiar o atual executivo deste Município, pela construção (já em curso), de um polo Secundário anexo há Escola Básica Carlos Gargaté, sito na Charneca de Caparica, devido ser uma



das necessidades prioritárias, para a Charneca de Caparica, atualmente com cerca de 35 mil habitantes e, também pelo fato de apenas existir a Escola Secundária - Daniel Sampaio - nesta União de Freguesias, esta situação tornar-se-ia insustentável, derivado ao aumento população em cerca de 1000 habitantes anualmente, bem como para os alunos que, presentemente se deslocam diariamente para as Escolas do Ensino Secundário, sediadas em Almada, Feijó, Laranjeiro e Monta da Caparica, cujo a construção desta escola, já deveria ter sido realizada há mais de duas décadas, pelos executivos cessantes, mas como os Charnequenses e Sobredenses respetivamente, foram sempre considerado uns filhos bastardos, para todos os executivos cessantes, provavelmente por este motivo, esta nunca foi construída.

Recentemente, disse numa Assembleia Municipal, se não estou enganado no dia 10 de setembro, que, as rosas cor-de-rosa, estavam a expandir-se neste meio Alentejo, estas minhas palavras são a confirmação, do ocorrido no passado dia 30 janeiro."

5.1.2 – A Senhora Múncipe Soraia Tender:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho por este meio, uma vez que infelizmente as tentativas de contacto com a Câmara Municipal há mais de um ano se têm revelado aqui frustradas.

Portanto, nós moramos na Quinta da Farrapa eu e mais a três pessoas que me acompanham, mas nas traseiras das nossas casas fica o Estaleiro da Câmara Municipal sito no Alto do Índio, sendo certo de que a nossa preocupação se prende principalmente com o perigo de desmoronamento, de derrocada das terras, das lajes de betão do Estaleiro, uma vez que como lá estão os materiais da Câmara Municipal e circulam camiões a carregar terras e a descarregar terras, o facto é que eu ando há um ano, através dos inúmeros departamentos a tentar chegar à fala com a Câmara Municipal, recebi uma única resposta a sete de julho do ano passado, a referirem-me que foi retirada uma laje. Foi sim, retirada uma laje, mas lá continuam várias no chão, sujeitas aqui à instabilidade das terras movidas pelas máquinas, pelos camiões, pelos diversos carros que ali circulam, e, portanto, a minha intervenção aqui nesta Assembleia Municipal, é no sentido de obter respostas aos pedidos aqui frustrantes que têm sido feitos há mais de um ano e que infelizmente, ainda que eu tenha remetido email para os diversos departamentos desta Câmara Municipal, o facto é, que decorrido um ano, para além do perigo de incêndio porque não limpo em condições aquela parte de arredores, se me vierem dizer que não pertence à Câmara Municipal tomarei as diligências devidas, mas presumindo que aquela parte do Estaleiro que ainda que vedado não na sua circunscrição, mas sim mais atrás, continua por limpar, assim como os lotes de terreno da Câmara Municipal também continuam por limpar, o que acaba por ser aqui irónico, porque a Câmara Municipal que notifica os seus municípios para limparem os terrenos mas depois não limpa os seus, e, portanto, são os moradores que residem e que têm que alertar semanalmente, eu troco emails semanais com esta Câmara Municipal, infelizmente continuo a não obter respostas e, por isso há esta necessidade aqui de mais um esforço a tentar obter respostas que agradeço que sejam feitas através do meu emails que certamente os meus serviços têm conhecimento."

5.1.3 – O Senhor Múncipe João Teixeira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Fruto da Intensa atividade do associativismo almadense na área do teatro ao longo do século XX, Almada conquistou para si o título de "A Cidade do Teatro". É uma marca distinta, cujo prestígio é amplamente reconhecido nacional e internacionalmente.

Nesse sentido, a Câmara Municipal de Almada instituiu em 1993, a Linha de Apoio à Produção Teatral, com o objetivo claro de dotar os grupos locais com recursos financeiros que lhes permitissem desenvolver, de forma sustentada as suas programações artísticas.

Desde 2017, o atual executivo tem manifestado o seu desejo de alterar os objetivos deste instrumento financiador, de modo a que este abdique da sua vertente de fomento ao associativismo local, e se torne um concurso público de apoio ao teatro de âmbito nacional. Essa meta foi atingida no final de 2019, apesar da oposição dos grupos locais, por meio de subtis alterações ao normativo, nunca previamente discutidas com as associações, que há décadas trabalham no Concelho.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Citamos como exemplos:

- A subtil supressão das frases que, no respetivo regulamento, limitavam o espectro do apoio aos grupos locais;
- O englobamento do orçamento de Mostra de Teatro na Linha de Apoio, desvirtuando-o, exaurindo-o e transformando-o em mecanismo de financiamento;
- E o convite direto, desde 2020, a algumas companhias oriundas de Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, à participação na Mostra de Teatro de Almada e à candidatura na ACT.

Decisões políticas sempre apresentadas de forma dissimulada, mas dadas como factos consumados, e às quais os responsáveis políticos, nomeadamente a Senhora Vereadora da Cultura, nunca deram a sua viva voz, preferindo antes diferir essa tarefa para os técnicos municipais sem autoridade para tanto.

Com atraso de um mês em relação ao que estipula o próprio normativo, decorreu em janeiro último o concurso de Apoio à Criação Teatral, cujos resultados foram comunicados como sendo definitivos no dia um de fevereiro útil.

Contudo, através do permanente diálogo interassociativo que existe em Almada, constatou-se que houve cortes na ordem média dos 25% ao financiamento dos grupos do Concelho, e em contraste, tendo sido bastante valorizados os grupos oriundos de outros municípios.

Assim, a Plataforma Cultural de Almada vem hoje questionar a Senhora Vereadora da Cultura sobre os seguintes itens:

- Como se justifica que no concurso de 2022, ainda sob os efeitos da pandemia, haja uma diminuição tão substancial no apoio às associações locais, que muitos sacrifícios e esforços fizeram para não deixar decair a atividade cultural em Almada nos últimos dois anos?
- Como podem projetos sem qualquer ligação à comunidade durante o ano de 2019 (que foi objeto de análise neste concurso) atingir os escalões mais altos da avaliação?
- Que critérios presidiram aos contactos prévios feitos às companhias de outros municípios?
- Porque não faculta a Câmara Municipal de Almada, apesar dos insistentes pedidos das associações, a relação detalhada de todos os projetos apoiados neste concurso, suas pontuações e valores atribuídos?
- Como pode uma Linha de Apoio de âmbito nacional e tão magramente dotada contribuir para o desenvolvimento sustentado da atividade teatral em Almada?
- Com que linhas estratégicas é que a Câmara Municipal de Almada, que foi pioneira no reconhecimento da atividade teatral como ferramenta de coesão da comunidade, pretende, doravante, assegurar a vitalidade das associações que edificaram “A Cidade do Teatro”?

Agradecemos as suas respostas.”

Subscrevem:

Actos Urbanos – Associação Cultural O Mundo do Espetáculo, Alfa Teatro, Arte33, Artes e Engenhos, Cena Múltipla – Associação Cultural O Mundo do Espetáculo, Cénico da Incrível Almadense, Crème de la Crème, EmbalArte, Grupo de Iniciação Teatral da Trafaria, Marina Nabais Dança, Ninho de Víboras, Novo Núcleo de Teatro, Plateias D’Arte, Produções Acidentais, Teatro & Teatro – Associação Cultural O Mundo do Espetáculo, TKM – Universidade Sénior Dom Sancho I

5.1.4 – A Senhora Múncipe Celda Franco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A primeira coisa que eu quero perguntar e sei que a Senhora Presidente da Câmara só me vai responder no fim, é se considera que, aqui no nosso Município há cidadãos de primeira e cidadãos de segunda?



Vou subentender que a Senhora Presidente da Câmara Municipal me vai responder que somos todos iguais. E sendo assim, eu vou perguntar porque é que na Cidade de Almada, há estacionamento para as pessoas que vivem em certas e determinadas zonas, e que as outras que vivem na Cova da Piedade, no Laranjeiro, no Feijó, têm outro critério? Ou seja, quem vive na Cidade de Almada, anda sempre a ferro e fogo, porque a ECALMA anda sempre a multar. Eu pergunto: que direito têm as pessoas que vivem naquelas ruas mais do que eu que vivo na Cova da Piedade assim como outras pessoas? Portanto, ali são sempre multados e eu vou lhe dar o exemplo de duas. Vou lá sempre por dois motivos, primeiro porque tenho a minha filha e os meus netos lá vivem e a seguir, porque ali é o SMAS que é onde eu vou. Rua Bernardino Machado e a rua Francisco Noronha. Portanto, essas duas ruas sistematicamente, andam lá senhores a multar. Ontem eram cinco à volta dos carros a multar. Eu pergunto-lhe, Senhora Presidente, porque é que ali naquela rua, todos são multados e nas outras que há montes de áreas de residentes e onde eu moro há áreas de residentes e ninguém é multado? Acho que é uma discriminação e a Constituição diz que todos temos os mesmos direitos, mas aqui em Almada isso não se está a verificar. E é um abuso, sessenta euros de uma multa, porque eu vou estacionar na rua de uma pessoa que saiu de manhã, só vai voltar à noite, não vai precisar do lugar, e qualquer cidadão que lá ponha o carro vai levar uma multa de 60.00€ (sessenta euros)? Porquê? E é isto que eu acho que tem que ser resolvido porque não justo, porque todos somos iguais. Eu já apanhei multas, confesso-lhe, não pagarei nenhuma, podem-me prender, vou fazer trabalho comunitário, mas eu exorto a todos os municípios que não paguem estas multas, porque acho que é um direito que todos temos a estacionar, nos parquímetros sim senhor, multem, agora nas áreas de residência, acho que é um abuso.”

5.1.5 – A Senhora Múnicpe Idália Gomes Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho mais uma vez apelar à vossa atenção para um assunto que me trouxe à Assembleia Municipal em maio do ano passado, após ter feito uma exposição à Câmara Municipal sem ter sortido qualquer efeito. Apesar dos contactos feitos com a Vereadora Francisca Parreira, o Vice-Presidente João Couvaneiro e ter entregue os documentos solicitados, não adiantou nada. Continuo à espera da devolução do valor que me foi indevidamente exigido relativo à licença da minha esplanada, eu tenho um restaurante. A qual seria da competência da Junta e que nesse ano fui isentada. E como é do conhecimento geral, a restauração sofreu grandes danos com a pandemia e o valor que legitimamente reclamo, faz-me falta, até porque tenho o pagamento da licença da Junta de Freguesia deste ano, para pagar.

Assim solicito urgentemente a solução do problema. Só tenho a agradecer se solucionarem o meu problema.”

5.1.6 – O Senhor Múnicpe Pedro Rebelo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começava por duas notas muito breves relativamente a uma resposta que foi dada pela Senhora Presidente ontem em reunião de Câmara, que importa clarificar numa perspetiva não clarificadora apenas de quem nos ouve, mas clarificadora até da opinião que a Senhora Presidente possa ter.

Quando há um pedido de audiência que o STAL fez, para o dia 24, a Senhora Presidente também recebeu um pré-aviso de greve das trabalhadoras auxiliares da ação educativa, que anuncia uma concentração que essas trabalhadoras vão fazer em defesa dos seus postos de trabalho, e muitas delas obviamente em solidariedade com as trinta e nove que estão enunciadas. É essa a razão, não é uma imposição de diálogo. É apenas que essas trabalhadoras possam no momento em que se manifestam junto do executivo da Câmara Municipal, ter interlocutores, não uma questão de imposição do diálogo ou de tentativa dessa imposição.

Depois a ideia de diálogo que a senhora Presidente coloca e ainda bem que coloca, é importante que o coloque, mas o diálogo deve ser consequente o que é que estamos a dizer, ora, antes de lançar um concurso aberto a todas as trabalhadoras e trabalhadores que possam concorrer, importa conversar à semelhança do que fez a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, que depois reunião primeira, decidiram avançar com um concurso aberto ao invés do tal artigo 60 que já falamos.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Dito isto, saio de casa para deixar o puto, deixo-o com a minha colega com aquela pergunta às vezes com apenas um olhar, está tudo bem com ele? Deixei o puto e vou agora eu, para receber os dos outros e fazer a mesma pergunta às vezes em códigos para os pequenos não percebem e eventual estratégia alinhada entre as duas casas. A de lá e da aqui. Onde por vezes estamos mais tempo com eles de que os próprios pais. Estamos em sala, o trabalho pedagógico avança na bitola da educadora tudo a correr bem, mas alguém tem de limpar o espaço de todos. Saio da sala e vou limpar, às vezes em condições precárias, o WC e outros espaços que importa manter asseados com em sem pandemia. Estava em sala, o tempo passou e a educadora precisa de mim. Tomamos decisões, vou para a sala porque o apoio passou a prioritário, os meus meninos e meninas precisam de um adulto para o foco se manter para a resposta pedagógica. Ora de rua. A correria, uma queda hora de cuidar das feridas e ouvir os lamentos dos olhos ofendidos. Viemos da rua, hora da higiene, lava, lava; esfrega, esfrega; vai para a sanita, confere tudo, limpa rabos. Hora do almoço, crianças juntas, momento importante, mas de confusão sem atenção, afinal estamos a falar dos primeiros passos nas mais variadas autonomias.

É meio dia apenas. Há pais que sonham em ter a proximidade aqui descrita com as suas crianças, os seus filhos, depositam nestas pessoas a confiança para olhar para onde não conseguem olhar, é este o ponto de partida da vida de trinta e nove pessoas que desempenham um papel estruturante e estrutural dos homens e mulheres do amanhã. É este o ponto de partida para a tomada de decisões como a regularização dos vínculos laborais de trinta e nove seres, que desempenham funções prementes do sistema que se quer humanizado. Senhora Presidente, a propósito da resposta que ontem nos deu em sessão de câmara de o rácio ser um dominador comum, da gestão não o é. O dominador comum são as pessoas, as crianças e as e os que cuidam delas. Regularizem os vínculos a estas trinta e nove pessoas, têm um instrumento que é o artigo 60 do Orçamento do Estado, tomem a decisão. Em virtude disto que está aqui colocado, o STAL entrega aproximadamente seiscentas assinaturas dos trabalhadores da Câmara Municipal, dos SMAS e da WEMOB, em solidariedade com estas trinta e nove trabalhadoras que desempenham algo de aproximado com aquilo que acabamos de descrever. Humanizem a função das pessoas comecem vocês por dar esse exemplo, regularizem.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu agradeço naturalmente ao Senhor Município João Rocha as palavras simpáticas que pronunciou.

E só muito brevemente, até porque o tempo é escasso também para as respostas, eu considero de facto, que quando há dinheiro municipal envolvido, deve haver contrapartidas bem para além daquilo que é o contrato normal e legítimo, dizer que a Quinta do BAU BAU, candidatou-se por três vezes se não me engano, aos fundos municipais para aquela obra, mas sim, considero que equipamentos tão preciosos como esse deveriam estar abertos à população, mas como deve imaginar, o executivo também não interfere com a gestão das associações e das coletividades. O que eu considero é que uma associação ou uma coletividade, ou serve a população, ou serve a sua comunidade, ou então há aqui provavelmente até um problema com a sua própria representação. Portanto, mas isso em geral, não é esta em particular nem eu falarei de nenhuma delas em particular. E, portanto, quero dar aqui esta nota, e por isso temos sempre que possível, envolvido associações e coletividades em programas municipais, porque também reconhecemos nalguns casos, não conseguem levar avante uma atividade que até desejariam levar. Agora, esse tem sido o nosso esforço em todas as áreas, seja nas áreas culturais ou desportivas, mas também nas áreas da responsabilidade social e temos tido deixe-me que lhe diga, associações e coletividades têm sido ajudas preciosas, nomeadamente, no combate à pandemia, mas não só. E, portanto, quero dar aqui também esta palavra de agradecimento.

Ainda agora, a questão do programa de natação também um contrato feito com outra grande coletividade do nosso Concelho e é essa a indicação que temos dado, que é o Município ter programas que interagem o mais possível com as nossas associações e coletividades.



Relativamente à Senhora Múncipe Sorais Tender, relativamente ao Estaleiro, se o Senhor Presidente da Mesa me permitir, passarei a palavra ao Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, em relação a isso, embora esclareça que o Estaleiro, quero desde já e poderei ir lá ver, o que se passa, mas garanto desde já que há certamente segurança, nem a Câmara Municipal teria um Estaleiro que não cumprisse as normas de segurança. Mas havendo dúvidas não há nada como ir lá verificar, e sobre isso não tenho dúvidas. Já em relação aos seus contactos, tentarei saber para onde enviou, não me chegaram, mas tentarei perceber para onde enviou as suas comunicações.

Relativamente à Plataforma Cultural de Almada. Em primeiro lugar, a Vereadora da Cultura que por acaso até sou eu, e, portanto, com uma responsabilidade acrescida, eu já o disse várias vezes, não interfere com a pontuação dos apoios. Não interfere. O que nós criamos e isso acho que é benéfico para toda a gente, foi uma grelha com a necessidade de os serviços fundamentarem as suas escolhas e as suas opções, e a escolha deles é soberana. Portanto, não há não nenhuma decisão política, nem deve haver, relativamente aos apoios atribuídos. Isto é a primeira questão.

Segunda questão, o montante para atribuir era exatamente o mesmo, exatamente o mesmo. Acontece que houve mais candidaturas, e aqui, passamos para um segundo nível de reflexão que era bom que a própria Plataforma também o fizesse, porque as opções muitas vezes são dar a todos os que concorrem, a todos, agora, se há mais candidaturas há menos dinheiro. Ou então fazemos critérios de avaliação, que eu volto a dizer, os Vereadores não interferem em nada nesse processo, nem devem interferir, e há uma seleção um bocadinho mais apertada em relação ao próprio projeto. Isso é uma opção que nós vamos ter que tomar em conjunto.

Por outro lado, há uma questão que é a discriminação positiva, como sabe, não é possível, não é legal. Inclusivamente, no Programa Dinamizar, se não fosse a situação de COVID, mesmo um programa de apoio, nalguns casos, do comércio, nós podemos dizer que tenha a sede aqui. O que nós fizemos foi retirar do texto aquilo que era uma espécie de discriminação bastante vaga, e aí já aí vamos, o que é que são grupos de cá? O que é que define grupos de cá? São grupos cujos os membros moram cá? São grupos cuja sede está cá? São grupos que trabalham aqui, que apresentam os seus espetáculos aqui? É o quê? É muito vago. E o que nós fizemos foi retirar essa alínea, e colocar o quê? Colocar um fator de majoração das pontuações, para os espetáculos que eram feitos, produzidos e apresentados em Almada. E aí regularizamos a situação.

Portanto, eu volto a dizer, nunca, não contem comigo para chauvinismos culturais e locais, não contem comigo. Agora, outra coisa é criar benefícios e majoração para espetáculos que são feitos em Almada, para os almadenses. Isso não há problema nenhum. E pelo contrário. Portanto, foi uma regularização e eu penso que ao fim de quatro anos desta discussão, já todos perceberam esse fator. E, portanto, surpreende-me ver aqui a sua intervenção.

Por outro lado, deixe-me que lhe diga, outra coisa que exigimos e até com a junção com a Mostra de Teatro, eu penso que não há nenhum almadense que não perceba, que um espetáculo que é financiado pela Câmara Municipal de Almada, tem que ser apresentado na Mostra de Teatro de Almada. Parece-me que é lógico. Eu nem consigo conceber, porque é que pode causar indignação, que há uma linha de apoio teatral, os grupos e até os grupos gostam e agradecem de poder apresentar os seus espetáculos, concorrem a uma linha de apoio à Criação Teatral, são financiados para essa Criação, nós termos uma Mostra de Teatro de Almada, para além do Festival Internacional naturalmente, e colocamos de facto, acreditávamos nós que era algo normal e pacífico, que os grupos financiados têm que mostrar uma vez o espetáculo pronto, na Mostra de Teatro. Não vejo onde é que está a indignação. Em contrapartida, o que me indignava, era ver grupos, que até podiam ter sede em Almada, que recebiam apoio e que não apresentavam uma única vez o seu espetáculo em Almada. E isso é que me espanta que não causasse indignação. Outra coisa, são os de lá de fora, então diga lá, os de lá de fora começa onde? Os grupos de Almada não podem ir apresentar espetáculos ao Seixal? Ou ao Barreiro? Ou a Lisboa? Ou a Sesimbra, Cascais, Oeiras? Porque é que voltamos sempre com esta questão? Eu sei que, neste momento houve reclamações e, portanto, os apoios aliás, porque eu ontem fui interrogada pela Senhora Vereadora Joana Mortágua sobre esta matéria e eu fui saber o que é que se passava, mais uma vez, toda a aprovação dos apoios passa sempre em reunião de Câmara, para também se completamente transparente e



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

com os critérios de apoio. E o que me disseram foi: havendo reclamações naturalmente o processo para até a resposta das programações. O que eu acho estranho, é há reclamações, estamos a responder, e não poderemos dar por concluído o processo enquanto não forem respondidas as reclamações.

Portanto, não houve corte, nos montantes a atribuir não houve corte, poderei pedir quando me trouxerem aquela que é a avaliação dos serviços, poderei tentar perceber se houve de facto montantes reduzidos, sei confirmaram-me agora mesmo, que houve mais candidaturas e, portanto, se o montante é o mesmo, se há mais candidaturas, quer dizer, ou recebem todos ou então fazemos outro tipo de avaliação com outro tipo de ponderações. Nós definimos os critérios de ponderação. Nós não avaliamos os projetos. E volto a dizer, dentro dos critérios de ponderação, que são vários, há vários critérios onde o facto de ser apresentado e construído o espetáculo aqui, em Almada, naturalmente é um fator de majoração.

Senhora Múncipe Celda Franco, não, não há cidadãos de primeira e de segunda. Para criar zonas de residentes, ou zonas mistas, as tais com a moedinha como disse, é preciso termos um regulamento de estacionamento revisto, em vigor e eficaz. E isto é uma luta que tenho tido há quatro anos. E estou certa, que em breve poderemos ter esse tal regulamento, que permita que de facto, não haja discriminações. Onde há zonas de residentes e zonas inteiras do Concelho não há residentes, e, portanto, as pessoas nunca têm hipótese de ter um estacionamento nas mesmas condições que outros, e onde justamente, durante o dia pode ter um sistema misto para quem não é residente, mas que também precisa e sim, nalguns casos haverá certamente a tal moedinha como disse. Agora, não a aconselho naturalmente a não pagar as mulas.

Dizer que os montantes que referiu, normalmente, só são e caso não seja o caso, convido-a a reclamar, quando o carro está estacionado num espaço particularmente grave. Ou seja, quando está estacionado em local para deficientes, ou a impedir a passagem. Eu volto a dizer, se não foi o caso, acho que deve reclamar para que o seu caso seja verificado.

A Senhora Múncipe Idália, eu peço desculpa a Senhora Vereadora Francisca Parreira, poderá falar consigo na pausa, porque não temos mesmo mais tempo.

Queria só dar aqui uma nota ao Senhor Pedro Rebelo, eu não tenho o talento poético que demonstrou, fez-me lembrar um disco que acompanhou a minha infância, não sei se conhece. É de outra geração, muitos que aqui estão certamente saberão as canções como eu que era “Os Operários do Natal”.

Agora, há uma questão que é, os Senhores exigiram uma reunião no dia 23, não pediram, exigiram. E a concentração era no dia 24. O que eu lhe disse ontem, foi, no dia 23, volto a dizer não foi uma pergunta, não foi um pedido, não foi ver se podíamos. No dia 23 eu não poderei estar presente. E vou tentar estar disponível no dia 24. Nunca, em nenhuma altura, eu pus em causa qualquer concentração de qualquer trabalhador. E, portanto, agradeço que mais uma vez, não deturpe as palavras e não invente lutas sindicais onde elas não existem. Há certamente muitas questões onde tem muito para lutar, não precisa sistematicamente de criar cenários que não existem.”

5.3 – Usaram ainda da palavra os Senhores Deputados Municipais João Galdes (CDU), Karim Quintino (BE) e Pedro Matias (PS).

5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este período trouxe-nos hoje, ao contrário daquilo que é habitual, infelizmente, um conjunto vasto de intervenções dos Senhores Múncipes, e delas retiramos três preocupações fundamentais.

A primeira tem a ver com aquilo que a Senhora Múncipe Sorais Tender aqui nos trouxe, que tem a ver com instalações municipais, e com questões de segurança dessas instalações municipais, a resposta que a Senhora Presidente deu é resposta política correta, de que vai ver, nós vamos acompanhar esta questão porque ficamos preocupados com a situação que aqui foi relatada.

A segunda questão que queríamos aqui relevar, é a questão da Plataforma Cultural do Concelho de Almada aqui nos trouxe. E queremos dizer à Senhora Vereadora da Cultura, da Câmara Municipal de Almada, que nós



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

sabemos muito bem, quais são os grupos de teatro de Almada. Ao contrário da Senhora Vereadora que parece que não sabe. Nós sabemos muito bem o que são, sabemos muito bem o que fazem, sabemos muito bem a qualidade que têm estes grupos. E nunca ninguém, pelo menos que eu tivesse ouvido, colocou a questão da interferência ou não interferência dos Senhores Eleitos na decisão que o Júri dos Concursos tem que tomar. Não é essa a questão, nem nunca foi essa a questão colocada. A questão prende-se exatamente com os critérios políticos que são definidos para que estas decisões sejam tomadas. E é aí que o problema radica. E foi isso que o município que aqui trouxe a questão em nome da Plataforma Cultural de Almada, nos veio dizer, e é isso que nos preocupa. Também vamos acompanhar de perto esta questão nos próximos tempos.

A terceira e última questão que queremos aqui expressar. A Senhora Presidente não respondeu, deixou para fim para não responder. Refugiou-se no pedido de reunião, que diz que é uma exigência, que diz que é um ultimato, que diz que é estas coisas todas, portanto, refugiou-se naquilo que é acessório e deixou aquilo que é essencial. Mas nós queremos aqui, em nome da CDU, expressar toda a solidariedade às trabalhadoras e ao trabalhador que são trinta e nove, são trinta e nove famílias que têm nos termos da Lei que está em vigor, todas as condições para serem integradas no Mapa de Pessoal e terem segurança na sua atividade profissional e que estão neste momento, todas elas e ele, ameaçados com o despedimento, não é despedimento, ameaçados com o desemprego por fim dos contratos a termo certo, há ano e meio que estão na Câmara Municipal de Almada a trabalhar.

Portanto, nós expressamos, aliás, vamos ter a oportunidade durante esta sessão falar desta matéria novamente, mas desde já expressar essa solidariedade a todos estes trabalhadores que lutam justamente e com toda a dignidade pelos seus postos de trabalho.”

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Karim Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para deixar aqui vincada a posição do Bloco de Esquerda relativamente à questão aqui trazida pelo STAL acerca das trinta e nove auxiliares de ação educativa.

É verdade, que a maioria destas trabalhadoras foram contratadas devido ao contexto pandémico muito particular de 2020 e de 2021, e por isso com contratos a termo resolutivo, eu bem sei que a bolsa entrou em 2019, mas a verdade é que a maioria destas trabalhadoras foram contratadas nesse período. E por isso, com contratos a termo resolutivo. Precisamente porque esta contratação assentava numa lógica de necessidades temporárias ou não-permanentes.

Mas se há uma coisa que ficou clara neste período e o próprio executivo camarário reconhece-o, porque fez um levantamento e chegou a essa conclusão, é que as necessidades que estas trabalhadores vieram colmatar, são tudo menos temporárias.

Dito isto, parece-nos evidente que tendo o executivo camarário chegado à conclusão de que estas necessidades são efetivamente permanentes, não pode o mesmo executivo deixar estas trabalhadoras numa situação de profunda angústia relativamente ao seu futuro pessoal e profissional.

Mas há ainda outra questão que ficou bastante evidente nesta pandemia, e que é o facto de os nossos serviços públicos, dos serviços públicos em Portugal, nomeadamente o setor da educação, não serem suficientemente resilientes. E, portanto, uma das ilações que nós podemos e devemos retirar desta pandemia é que, tal como o STAL refere, não podemos simplesmente depender do rácio, ou melhor dizendo, dos serviços mínimos previstos na Lei, porque em caso de qualquer adversidade, o sistema simplesmente colapsa.

E, portanto, a forma como o Município olha para a orgânica do sistema educativo, dependendo exclusivamente dos serviços mínimos, é algo que a nosso ver tem de ser repensado, porque desta forma nunca vamos conseguir atingir os objetivos que estão plasmados na nossa Constituição, desde o desenvolvimento da personalidade das nossas crianças e jovens, até à democratização da nossa sociedade.

E é por isso mesmo que o Bloco de Esquerda defende uma visão mais ambiciosa daquilo que é o trabalho, daquilo que é a estabilidade laboral, daquilo que é a orgânica dos setores-chave do Estado, até para que as trabalhadoras da nossa comunidade educativa possam estar completamente focadas nas suas funções, e não se vão estar desempregadas daqui a uns dias.”



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.3.3 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria em primeiro lugar, dar nota que, a Senhora Múncipe que veio aqui reclamar a questão da Quinta da Farrapa, e que a bancada da CDU vem dizer que está muito preocupada com a questão do Estaleiro e com a segurança das pessoas. Devia estar preocupado em 2015 e 2016, quando foi licenciada a Quinta da Farrapa, aí é devia estar muito preocupada. Porque nós quando cá chegamos, já estavam as casas em construção. Isso é que é muito preocupante. Efetivamente a Senhora Múncipe tem alguma razão, aqueles muros do Estaleiro do Alto do Índio, estão em cima das casas. E estavam licenciadas. E por acaso já não há lá mais nenhum terreno para vender, está tudo vendido e estão a completar toda a construção, já não há lá mais nenhuma. Quando chegamos havia duas ou três em construção, e agora já não há lá nenhuma para vender, está tudo vendido. E agora a Senhora Múncipe tem razão, cá em cima a última da subida que confina com o Estaleiro do Alto do Índio há ali um problema. É melhor a Câmara Municipal ir ver o que é que se passa, e dou aqui a sugestão à Senhora Presidente também.

E dar nota de outra coisa, veio aqui a Senhora do Restaurante Casa Nova na Charneca de Caparica, que pagou indevidamente uma ocupação de espaço público à Câmara Municipal que já está quase há um ano a reclamar e Câmara Municipal ainda não devolveu o dinheiro. Portanto, era bom também que a Câmara Municipal tomasse boa nota e devolvesse o dinheiro à Senhora Múncipe.”

5.3.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal João Galdes, na sua intervenção está toda a diferença da forma como nós atuamos. Eu sei que os Senhores tinham os vossos grupos e, portanto, sabem muito bem quais são. Nós não temos isso. Nós estabelecemos critérios, os grupos apresentam-se e depois em função desses critérios são avaliados. E, portanto, não brinque com as palavras, não brinque com as palavras. Porque foram os Senhores que andaram a atribuir apoios a grupos que não tinham uma única apresentação em Almada, e isso é que devia vos envergonhar. Portanto, quando diz: “nós sabemos quais são os grupos de Almada”, ponham lá “nós sabemos quais são os nossos grupos de Almada”. Enquanto nós aqui a nossa obrigação é defender todos os grupos de Almada, por igual, sem qualquer tipo nem de favorecimento, nem de discriminação. Essa é a grande diferença entre nós.

Por outro lado, a relação ao STAL, tanto quanto eu sei há uma moção, está aqui a Senhora Vice-Presidente, iremos responder a todas as questões, aliás, a moção é da CDU, portanto, mais uma vez Senhor Deputado Municipal João Galdes, vamos lá dar alguma dignidade aqui à Assembleia Municipal.

Portanto, estar a vir dizer, que eu fugi, fiz de propósito para não responder ao STAL, quando nós temos uma moção na qual poderemos debater este assunto com mais tempo, com mais calma, é no mínimo, eu não direi má fé, mas está lá muito próximo.”

6 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – A iniciar o período foram apresentados Votos de Pesar:

6.1.1 - Pelo falecimento de António Dias Belo Gonçalves, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luís Daniel Jacinto (CDU).

6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Daniel Jacinto (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

António Dias Belo Gonçalves faleceu no passado dia 30 de janeiro, aos 79 anos de idade.

Nascido em Vila Velha de Ródão a 17 de maio de 1942, cedo se fixou em Almada e na sua Cova da Piedade, terra que adotou e serviu ao longo de praticamente toda a sua vida.



Contabilista de profissão, António Belo era ativo militante do Partido Comunista Português. Nessa qualidade foi eleito autarca pela primeira vez para a Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade, em janeiro de 1983, integrando as listas da Aliança Povo Unido (APU).

Na sua primeira experiência autárquica integrou o Executivo da Junta de Freguesia da Cova da Piedade como Vogal, mandato que exerceu entre janeiro de 1983 e janeiro de 1986.

António Belo foi posteriormente eleito Presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade ao longo de cinco mandatos sucessivos, entre janeiro de 1986 e fevereiro de 2007, tendo integrado a Assembleia Municipal de Almada por inerência de funções.

Em fevereiro de 2007, no final do segundo ano do desempenho de funções do seu quinto mandato como Presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade, renunciou por decisão própria ao mandato, sendo substituído por Ricardo Louçã.

Na sua qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade, António Belo foi um dos organizadores e mais ativos intervenientes nas Jornadas de Estudo do Concelho de Almada, realizadas em 1989.

Ainda na qualidade de autarca, António Belo foi Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) no mandato de 2001 a 2005 e Vogal do mesmo Conselho Diretivo no mandato seguinte, de 2005 a 2007.

Foi ainda membro ativo do Conselho Municipal de Segurança de Almada, reconhecido associativista com amplo trabalho realizado no âmbito da promoção, apoio e desenvolvimento do Movimento Associativo Popular, era sócio ativo da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense desde Março de 1974, e do Clube Desportivo da Cova da Piedade desde 1972, tendo sido já este ano agraciado com o Emblema de Ouro de 50 anos de associado daquela Instituição Desportiva e Cultural da Freguesia da Cova da Piedade e do Concelho de Almada, e foi membro da União dos Resistentes Antifascistas (URAP).

António Belo foi distinguido com a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção do Município de Almada, pelo seu exemplar contributo no desenvolvimento e consolidação do Poder Local Democrático e da sua ação de afirmação e dignificação das autarquias de Freguesia.

O Belo, nascido em Vila Velha de Ródão, mas almadense e Piedense de corpo inteiro como sempre dizia, é o exemplo, a prova provada de como a política pode ser uma das mais sublimes e nobres expressões da atividade humana, de como pode ser exercida com ideais e convicções, com empenho e dedicação à causa e serviço público firmado nos interesses, necessidades e aspirações dos trabalhadores e das populações.

Assim, a CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere expressar à sua Companheira de sempre, Lurdes, ao seu filho Nuno e a toda a restante Família do Insigne Autarca António Dias Belo Gonçalves, a todos os autarcas do Concelho de Almada, aos seus muitos e muitos amigos e camaradas, e ao Partido Comunista Português, as mais sentidas condolências e a mais ampla solidariedade, neste difícil momento em que perdemos fisicamente de um Homem Bom, mas permanecerá para sempre entre nós o seu exemplo de vida e dedicação à causa e ao bem comum."

6.1.2 - Pelo falecimento de Jaime Serra, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas (CDU).

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No dia 9 de fevereiro, aos 101 anos de idade, faleceu Jaime Serra, um dos mais destacados dirigentes do Partido Comunista Português, que dedicou toda a sua vida à luta da classe operária, dos trabalhadores e do povo português. Uma vida dedicada à luta contra o fascismo, pela liberdade e a democracia, por uma sociedade nova.

Começou a trabalhar na construção civil aos 12 anos de idade.

Em 1940 ingressa como operário traçador naval no Arsenal do Alfeite, onde trabalhou até 1947, ano em que passou à clandestinidade na sequência da Greve dos Trabalhadores da Construção Naval de Lisboa de abril desse, em cuja organização e direção participou.

Membro do PCP desde 1936, em janeiro de 1937, com apenas 15 anos, foi preso pela primeira vez.

Entre 1947 e 1960 foi preso por mais quatro vezes e por quatro vezes conseguiu fugir das cadeias fascistas.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A quarta e última fuga é a histórica fuga da Fortaleza de Peniche, em 3 de janeiro de 1960, tendo desempenhado responsabilidades na sua preparação, organização e direção no interior da cadeia.

Em junho de 1962 teve destacado papel na saída clandestina de Portugal de Agostinho Neto e Vasco Cabral, grande iniciativa de solidariedade com os povos em luta pela sua independência.

Após a Revolução de Abril de 1974 foi deputado à Assembleia Constituinte e deputado à Assembleia da República pelos distritos de Setúbal e Coimbra até 1983.

Um dos mais destacados exemplos da resistência ao fascismo, da luta pela liberdade e a democracia, Jaime Serra sempre se mostrou corajoso, firme nas suas convicções, confiante na justeza e no triunfo dos ideais a que deu o melhor da sua longa vida. Exemplo de inquebrantável combatividade e firmeza na luta política para as gerações presentes e futuras.

Almada foi importante palco da vida e da luta de Jaime Serra, onde se destacam o Arsenal do Alfeite e fulcrais momentos de ação concertada com as personalidades ímpares de Alfredo Dinis e Gabriel Pedro que o nosso município homenageia na sua toponímia.

Assim, nesta ocasião, a Assembleia Municipal de Almada manifesta o seu pesar pelo desaparecimento físico de Jaime Serra e endereça aos seus quatro filhos e restante família e ao Partido Comunista Português as suas sentidas condolências.”

6.1.3 – Pelo falecimento de José Manuel Cacho Rodrigues, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS).

6.1.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

José Manuel Cacho Rodrigues nasceu em Almada em 1933 e apresenta um impressionante percurso de vida com profunda ligação ao movimento associativo, com especial dedicação ao Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro (CIRL).

Como sócio do CIRL desde 1958, foi contabilista a título gracioso (1959/60), vice-presidente da mesa da assembleia geral (1961), presidente do conselho fiscal (1962 e 63), fundador das secções de ginástica e ténis de mesa (1963), vice-presidente da direção e membro da comissão de obras (1964/65), presidente da direção (1966/67), presidente da mesa da assembleia geral (1970/71).

De novo presidente da mesa da AG (1973), voltou a presidente da direção entre 1974 e 1980, época em que fundou a secção de voleibol, foi membro da comissão de gestão (1981/81), seccionista de voleibol (1983/84), outra vez presidente da mesa da assembleia geral (1985/90) e presidente da direção (1991/93) e foi proclamado Sócio de Mérito do clube em 1993.

Voltou à presidência da direção mais duas vezes (1993/94 e 1995/96) e foi coordenador geral do Campeonato Europeu de Thonrad (17 países, 300 atletas, em 1994).

Noutras instituições desempenhou cargos de relevo como secretário da mesa do Congresso da Federação Portuguesa de Voleibol, vice-presidente da AG da Associação de Ténis de Mesa de Lisboa, presidente da AG da Associação de Ténis de Mesa de Lisboa, presidente da direção da Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio.

Foi ainda membro da Comissão Nacional de Teatro Amador da Secretaria de Estado da Cultura, em representação da Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio,

Em representação do CIRL foi presidente da mesa da AG da Associação de Voleibol de Lisboa, e presidente da Comissão Administrativa da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, e membro da Comissão Organizadora do III Congresso Nacional das Coletividades de Cultura e Recreio.

Em representação da Direção Geral dos Desportos foi presidente da Comissão de Gestão da Associação de Voleibol de Lisboa,

Foi galardoado pela Junta de Freguesia do Laranjeiro pelos serviços socioculturais prestados à população, tendo sido igualmente galardoado com a medalha de ouro da cidade de Almada “mérito e dedicação”.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 22/02/2022, manifesta o seu profundo pesar pelo seu falecimento, transmitindo à sua família, ao movimento associativo e em particular ao Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, as mais sentidas condolências.”



6.2 - Não havendo pedidos de palavra foi verificado o quórum e passou-se à votação dos documentos, tendo sido aprovados por unanimidade.

6.3 – Seguiu-se um minuto de silêncio proposto pelo Presidente da Mesa.

6.4 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Paula Galvão (PSD) para apresentar a Moção “Água é Vida”.

6.4.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Paula Galvão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

“Só nos damos conta do valor da água depois de a fonte secar” (Anónimo)

Todos nós sabemos da importância da água, não só para os seres humanos, mas para toda a Natureza. Embora, aparentemente, o nosso planeta tenha abundância de água, sabemos também que a água potável é mais escassa e uma parte importante da população mundial vive com diversos problemas devido à sua falta.

Assim, é fundamental que o consumo de água seja cada vez mais assente em boas práticas e hábitos como a moderação e aproveitamento deste recurso algo que se torna ainda mais evidente quando verificamos que Portugal está, neste momento, a atravessar uma das mais severas secas das últimas décadas.

É, por isso, importante sensibilizar, reforçar e relembrar aquilo que podemos e devemos fazer para ajudar a minimizar esta situação e a implementar as tais boas práticas e hábitos de forma permanente.

Tendo isto em vista, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2022, delibera o seguinte:

1. Solicitar à Câmara Municipal e aos SMAS de Almada que mantenham e reforcem a sua comunicação de sensibilização para as boas práticas no consumo e utilização da água, usando os vários meios ao seu dispor e conteúdos criativos, impactantes e bem direcionados para maximizar a sua eficácia;
2. Solicitar à Câmara Municipal e aos SMAS de Almada a criação de um Manual de Boas Práticas para o consumo e utilização da água, a utilizar pelos serviços municipais e adaptado ao funcionamento das diferentes equipas (administrativas, técnicas, etc);
3. Recomendar à Câmara Municipal e aos SMAS de Almada o reforço do trabalho de educação e sensibilização sobre este tema, junto das escolas do concelho;
4. Recomendar à Câmara Municipal e aos SMAS de Almada o reforço do trabalho de educação e sensibilização sobre este tema, junto dos comerciantes e empresas do concelho;
5. Solicitar à Câmara Municipal e aos SMAS de Almada a adoção ou reforço de métodos de aproveitamento de águas pluviais, por exemplo, para regas e limpezas;
6. Recomendar aos SMAS de Almada, a prossecução do esforço para investir cada vez mais em infraestruturas uma vez que as roturas são causa de grandes desperdícios de água como tem acontecido, por exemplo, na Costa da Caparica;

Estes são exemplos de ações que importa manter e reforçar, mas não podemos nunca esquecer que o esforço deve ser constante e não apenas em momentos em que o problema da falta de água seja mais visível. No fundo, o que é vital é que consigamos implementar em Almada uma cultura de eficiência de gestão dos nossos recursos naturais e de defesa permanente do Ambiente.

6.4.2 – A Senhora Deputada Municipal Paula Galvão (PSD) para apresentar a Moção “Pela extensão do Metro Sul do Tejo”.

6.4.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Paula Galvão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os desafios das sociedades modernas e dos territórios desenvolvidos assentam em práticas de descarbonização alicerçadas em sistemas integrados de transportes articulados, planos tarifários competitivos e com uma rede suficientemente ampla e resiliente que seja uma verdadeira alternativa para os potenciais clientes.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Foi com esse objetivo que ainda durante a década de 80 do século passado se começou a defender uma solução de metropolitano ligeiro para a margem sul do Tejo que foi tornada realidade a 18 de abril de 1995 aquando da assinatura do protocolo para o seu desenvolvimento.

O projeto original é o que está ainda em vigor, tendo sido incorporadas apenas alterações de pormenor no traçado que começou a ser operado em 30 de abril de 2007 na linha entre Corroios e a Cova da Piedade sendo o último troço do plano original entrado ao serviço em 26 de novembro de 2008 e não tendo até hoje sido ampliado.

Nos últimos anos outros meios de transporte foram alvo de intervenção estratégica e planos de expansão enquanto o Metro Sul do Tejo foi ficando esquecido por sucessivos governos e decisores políticos, algo que importa ultrapassar, sendo que ainda há bem pouco tempo, em julho de 2021, o atual primeiro-ministro António Costa anunciou que a sua extensão da Universidade até à Costa da Caparica “será uma realidade em breve”.

No entanto, sabendo que ainda não consta de nenhum documento oficial qualquer calendário ou dotação para a expansão urgente deste projeto estruturante e fundamental, importa que os decisores sejam consequentes e concretizem as medidas anunciadas e que são inequivocamente apoiadas por toda a população.

Tendo isso em vista, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2022, delibera o seguinte:

Exigir que o Governo apresente em 2022 publicamente o calendário e o financiamento para a expansão da rede do Metropolitano Sul do Tejo, começando pela sua extensão à Costa da Caparica.”

6.4.3 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN) para apresentar a Recomendação “Programa Municipal para a Educação Ambiental e Proteção Animal”.

6.4.3.1 – Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A educação e as escolas têm um papel preponderante na promoção da proteção ambiental e animal. Como descrito no programa da Estratégia Local de Educação para a Sustentabilidade de Almada é necessário “contribuir para a formação de uma nova mentalidade da população, e ter como ponto assente a responsabilidade partilhada dos valores ambientais e do respeito pelo Planeta”.

Apesar do grande potencial que a educação tem na formação de cidadãos conscientes e participativos na construção de um mundo mais justo e mais sustentável, a educação ambiental continua a ser uma temática marginal, com atividades esporádicas. No entanto, o momento de urgência climática, apela a uma alteração na relação entre o ser humano, a natureza e os outros seres vivos.

Sabemos que cabe ao Estado assegurar “a integração de preocupações com o bem-estar animal no âmbito da Educação Ambiental, desde o 1.º Ciclo do Ensino Básico”, conforme ficou estabelecido no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto. No entanto, a introdução destas matérias no município, relacionadas com a proteção animal nas escolas é manifestamente insuficiente. As escolas não têm conteúdos preparados para lecionar esta matéria, por não haver um referencial para a educação sobre o tema do bem-estar animal, pese embora conste na Educação para Cidadania como uma das possíveis matérias a abordar. Em Portugal, os animais já são reconhecidos pelo ordenamento jurídico como seres vivos dotados de sensibilidade e são objeto de proteção jurídica. Estes avanços devem implicar a promoção de políticas públicas vocacionadas para a proteção dos animais, a começar pela educação, contribuindo assim para combater os maus-tratos e o abandono, realidade muito presente no nosso país.

Por outro lado, a Wildlife Trusts que realizou um estudo em 2019 para Instituto de Educação da University College of London, sobre os benefícios que as crianças têm ao fazer atividades ao ar-livre, concluiu que é importante e necessário, que as crianças tenham no seu quotidiano contacto com a natureza. Este contacto permite-lhes aumentar os níveis de confiança e bem-estar, podendo desenvolver uma conexão pessoal com a natureza e com os animais, e compreender o seu papel no desenvolvimento e defesa da biodiversidade e do bem-estar animal e proteção ambiental.

É necessário criar condições para que os valores de respeito pelo ambiente, animais e diversidade social sejam cada vez mais uma realidade, e sendo Almada um concelho de enorme riqueza ambiental e de elevada



diversidade biológica, que é importante proteger e preservar, faz com que se imponha uma revisão e progressiva transformação das políticas educativas. Devemos construir um futuro onde o respeito pela natureza e pelo bem-estar animal seja uma regra incorporada por toda a sociedade e é no dia-a-dia das comunidades educativas que têm de ser incorporadas medidas contínuas e coerentes que levem a práticas mais sustentáveis.

As autarquias, como os “agentes de mudança” na promoção, conhecimento e divulgação alargada da informação sobre problemas ambientais globais, devem priorizar a consciencialização da comunidade, principalmente a mais jovem, para a sustentabilidade local e global e para a proteção animal.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2022, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. A Promoção de um Programa Municipal de Educação Ambiental que integre o domínio do bem-estar animal;
2. A elaboração de conteúdos programáticos específicos que promovam a literacia ambiental e animal nas escolas;
3. Incentivar e apoiar as escolas no desenvolvimento de projetos pedagógicos realizados na natureza e espaços verdes e o contacto regular dos/as alunos/as de todas as escolas do município com animais através de visitas e sessões de voluntariado em associações zoológicas e santuários;
4. Fomentar a capacitação das/os profissionais e encarregadas/os de educação nestes modelos educativos;
5. Integrar casas para pássaros, jardins e hortas nos espaços escolares, fomentando a relação das crianças com os ritmos da natureza e dos animais;
6. Incentivar a integração de animais nas escolas com responsabilidades partilhadas entre a direção, professores, assistentes operacionais e alunos/as, em colaboração com entidades locais de proteção animal;
7. Dotar todas as Escolas com ecopontos e compostores.”

6.4.4 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU) para apresentar a Moção/Deliberação “Vigilantes da Natureza imprescindíveis à proteção e conservação da natureza”.

6.4.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Assinala-se a 2 de fevereiro o Dia Nacional do Vigilante da Natureza, corpo de profissionais que desempenha um papel essencial na proteção e conservação dos ecossistemas naturais.

A presença e intervenção destes profissionais no território, assegura o acompanhamento e fiscalização sistemáticos das atividades humanas e a observação e análise do estado de conservação da natureza em domínios tão importantes como a caça, a pesca, os incêndios rurais, e a reflorestação, para além de desempenhar um papel de grande relevância na sensibilização das populações para a necessidade de compatibilizar bem-estar humano com conservação da natureza e gestão dos recursos naturais.

Só um corpo de Vigilantes da Natureza adequado, dotado de profissionais valorizados e dignificados, e de meios e condições de trabalho reforçados, poderá dar expressão a uma verdadeira política de conservação e de proteção do património natural em Portugal.

A secular Mata Nacional dos Medos é Reserva Botânica, criada em 1984, estende-se ao longo da orla litoral desde a Costa de Caparica até à Lagoa de Albufeira, numa extensão de 13 km, cobrindo uma superfície de 1.552 hectares, e abrange os territórios dos municípios de Almada e de Sesimbra.

Em novembro e dezembro de 2021 registou-se o abate de centenas de pinheiros mansos em plena reserva botânica, tendo o Governo sido questionado na Assembleia da República sobre os objetivos daquela intervenção e o número de árvores abatidas, a real necessidade para esse abate e o destino das dezenas senão centenas de toneladas de madeira dali retiradas.

Este abate configura uma ação extremamente prejudicial para a prossecução dos objetivos de conservação da natureza, numa área sujeita a fortes pressões humanas.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Em resposta, o Governo justifica a intervenção como “uma ação de restauro, de conservação e valorização de habitats”, admitindo que não foi contabilizado o número de árvores abatidas, o que é surpreendente, considerando que a intervenção se realizou numa área natural protegida.

Não pode deixar de constituir motivo de preocupação geral que tanto o abate de pinheiros mansos como o abate excessivo de arvoredos realizado na Reserva Botânica da Mata dos Medos, possam ter danificado de forma séria, o ensombramento do sub-bosque, com impacto negativo nas diversidades florística e faunística. Ao mesmo tempo, a utilização de maquinaria muito pesada na zona de intervenção para proceder ao abate de árvores, poderá ter provocado danos elevados em muitas outras árvores, e perturbado a fauna residente neste ecossistema. Vários animais de diferentes espécies selvagens habitantes da mata foram encontrados mortos.

Não pode deixar de causar preocupação, igualmente, a instalação de passadiços, cujo projeto não é conhecido, como não são conhecidos quaisquer estudos de impacto ambiental ou a realização de consulta pública, relativos à instalação destas estruturas e respetivos impactos na fauna e flora da Mata dos Medos.

E não pode deixar de nos preocupar ainda a verificação, em diversas visitas à reserva botânica, da falta de informação pública e a sistemática ausência de equipas de vigilantes da natureza no terreno.

A conservação da natureza exige a vigilância e sensibilização de utilizadores, limitando a pressão exercida pela presença humana nas suas zonas mais sensíveis, sendo particularmente importante nas épocas de reprodução e nidificação de aves e de nascimento e crescimento de mamíferos, das diferentes espécies habitantes nesta Mata.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe à Assembleia Municipal de Almada, delibere:

1. Instar o Governo a garantir os recursos humanos para o cumprimento de uma real Política de Conservação da Natureza, através da contratação de recursos humanos, reforço das equipas de vigilância e fiscalização com aumento do número de Vigilantes da Natureza.
2. Solicitar ao Ministério do Ambiente e Ação Climática informação detalhada sobre prazo e extensão da construção e instalação de passadiços na Mata dos Medos, Reserva Botânica classificada desde 1971.
3. Recomendar à Câmara Municipal de Almada, enquanto órgão local a quem compete gerir e zelar pela integridade do território municipal, que assuma a defesa intransigente da Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos em toda a sua estrutura – ambiental, geofísica, da fauna e da flora, nomeadamente pela integral manutenção daquela área natural, contendo a pressão urbanística e protegendo-a de intervenções agressivas e invasoras futuras.”

6.4.5 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU) para apresentar a Saudação “8 de Março – Dia Internacional de Mulher”.

6.4.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Comemoração do Dia Internacional da Mulher tem um profundo significado histórico e uma renovada atualidade que importa dar a conhecer às novas gerações.

Proposto em 1910 por Clara Zetkin – revolucionária alemã, acérrima ativista na defesa dos direitos das mulheres – o Dia Internacional da Mulher tinha como objetivo erigir a luta organizada das mulheres, em cada país, contra a exploração e opressão capitalista, pela conquista de direitos económicos, sociais, políticos e culturais, pela transformação da condição social das mulheres e pela sua emancipação. Um dia para dar força à luta de todos os dias.

Desde então, um longo caminho tem sido percorrido, pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, na lei e na vida, pelo desenvolvimento, contra a guerra e pela paz.

Em Portugal a comemoração do 8 de Março foi proibida sendo que os seus primeiros registos datam de 1953 no jornal Avante. A primeira manifestação do 8 de Março realiza-se no Porto em 1962 por um grupo de mulheres democratas e a partir de 1969 é assinalado pelo MDM – Movimento Democrático de Mulheres.

Em 1975, o MDM dinamiza as comemorações desta data em liberdade e democracia, uma data a que um número crescente de organizações e entidades se tem associado.

A atualidade de comemorar o Dia Internacional da Mulher mantém-se porque é necessário continuar a prevenir e combater a exploração, desigualdades, discriminações e violências que incidem sobre as mulheres.



Segundo dados da ONU Mulheres, atualmente as mulheres continuam a ganhar menos 23% que os homens, 1 em cada 3 mulheres já sofreu algum tipo de violência física ou sexual, mais de 200 milhões de mulheres e raparigas foram vítimas de mutilação genital e 12 milhões de raparigas, por mês, são forçadas a casar antes dos 18 anos, o que significa 23 mulheres por minuto, uma a cada 3 segundos. Acresce a gravidade da pobreza, da guerra que atinge muitos países, bem como o tráfico de mulheres e meninas para a prostituição.

Em Portugal, os profundos avanços na situação das mulheres, plasmados na sua forte presença no mundo do trabalho, em áreas como a cultura, a educação, a saúde, a ciência e investigação é acompanhada por obstáculos reais patentes na precariedade laboral, na desvalorização do seu trabalho e das suas competências. A exigência de igualdade no trabalho e na vida e de cumprimento dos direitos das mulheres continua a ser central.

Os órgãos de poder aos seus mais variados níveis têm responsabilidades na promoção da igualdade no trabalho e na vida e pelo cumprimento dos direitos das mulheres.

Os órgãos autárquicos pela sua proximidade à população devem assumir as responsabilidades nas suas esferas de competência na promoção dos direitos das mulheres, na valorização da sua participação aos vários níveis da vida local.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 22 de fevereiro de 2022, delibere:

- 1) Saudar nesta data todas as mulheres, trabalhadoras da autarquia, delegadas e dirigentes sindicais e de coletividades, dirigentes de organizações, que vivem, estudam e trabalham em Almada e que assim contribuem para o desenvolvimento e afirmação do concelho.
- 2) Saudar a realização da Manifestação Nacional de Mulheres – a 5 de março no Porto e a 12 de março em Lisboa – promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM), sob o lema “exigência de igualdade na vida, os direitos das mulheres não podem esperar”, que afirma importantes denominadores das aspirações de mulheres de diferentes camadas sociais, imigrantes e de diversas etnias.”

6.4.6 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU) para apresentar a Moção/Deliberação “Contra o desemprego e pela integração com vínculo efetivo das Auxiliares de Ação Educativa dos equipamentos de infância sob responsabilidade da Câmara Municipal de Almada”.

6.4.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No momento atual, existe uma ameaça concreta sobre o futuro de 39 pessoas que diariamente trabalham na educação e no desenvolvimento da infância no Concelho de Almada. São 38 trabalhadoras e um trabalhador, Auxiliares de Ação Educativa em jardins de infância sob responsabilidade da Câmara Municipal de Almada.

Estas trabalhadoras iniciaram funções na sequência de um processo de recrutamento da CMA que teve lugar em 2019, para fazer face a necessidades próprias destes serviços e equipamentos de apoio à infância no Concelho de Almada. Agora, são confrontados com a ameaça do desemprego, com o fim à vista dos seus contratos de trabalho precários – e com a recusa por parte do executivo camarário da sua integração com vínculo efetivo como seria exigível.

Nenhuma justificação tem sido adiantada com fundamento em qualquer projeto educativo para esta opção de mandar estas Auxiliares de Ação Educativa para o desemprego. Mesmo a referência aos “rácios” estipulados pelo poder central para estes equipamentos tem a ver com a garantia mínima de condições de funcionamento, e não com qualquer impedimento à integração de trabalhadores.

Num passado não muito distante, por força das opções políticas de PS, PSD e CDS, as leis da República impunham a proibição geral e transversal para as autarquias locais de admitir pessoal para os seus serviços. Eram encerrados serviços por falta de pessoal, ou eram penalizadas financeiramente os municípios que se atrevessem a desafiar a proibição e a integrar trabalhadores. O Concelho de Almada viveu essas situações.

Numa fase mais recente, com uma diferente correlação de forças na Assembleia da República, foram criadas as condições para a integração de trabalhadores com vínculos precários na Administração Pública – no cumprimento do princípio legal de que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo efetivo.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Mesmo que se trate de uma situação resultante de uma lei injusta, que vem trazer problemas acrescidos para as autarquias e as populações (a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada por PS e PSD), a verdade é que existe o quadro normativo que prevê expressamente os mecanismos de integração dos trabalhadores em causa, assegurando com estabilidade os seus postos de trabalho – desde logo, com a aplicação do artigo 60º da Lei nº 75-B/2020 de 31 de dezembro atualmente em vigor.

A informação disponível demonstra claramente que já no quadro atual, fruto da insuficiência de meios humanos, é muito frequente as Auxiliares de Ação Educativa serem confrontadas (tantas vezes, em cima do acontecimento) com a necessidade de se deslocarem para outras salas ou até outros jardins de infância, deslocando-se pelo concelho para responder às necessidades do serviço. Quando alguns tentam repetir o chavão de que “há trabalhadores a mais”, a realidade impõe-se e demonstra que os trabalhadores fazem falta e têm de ser valorizados.

Pela força e pela verdade das palavras proferidas pelos trabalhadores da Câmara Municipal de Almada na posição assumida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local a propósito desse processo, reproduzimos aqui essas mesmas palavras, para que sejam lidas e ouvidas por todos:

“Limpam lágrimas e alimentam sorrisos de crianças, recebem e entregam as crianças das e nas mãos dos pais que procuram porto seguro e estável para os seus rebentos. Fazem parte da estrutura da educação em Almada, são tão importantes quanto qualquer das partes que a compõem. Por tudo isto merecem estabilidade, estas trabalhadoras e toda a comunidade educativa. (...) A questão é clara, o executivo tem de reconhecer a permanência das funções, lançar o concurso e integrar no mapa de pessoal”.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 22 de fevereiro de 2022, delibere:

1. Manifestar a sua solidariedade para com as Auxiliares de Ação Educativa confrontadas com a ameaça do desemprego.
2. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que, com a máxima urgência, determine a aplicação das normas legais em vigor para a integração das trabalhadoras em causa.”

6.4.7 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU) para apresentar a Moção/Deliberação “Pela atribuição do Suplemento de Insalubridade e Penosidade sem discriminações para os Trabalhadores”.

6.4.7.1 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A luta dos trabalhadores da Administração Pública, e nomeadamente da Administração Local, pela atribuição de um suplemento de insalubridade, penosidade e risco é uma luta de mais de duas décadas.

Trata-se de uma aspiração antiga dos trabalhadores que, por razões inerentes ao conteúdo funcional das suas profissões, designadamente a sua natureza, meios utilizados, fatores ambientais, ou razões resultantes de fatores externos, fazem o seu trabalho em situações que podem provocar um dano excecional à sua saúde.

Ao contrário do que alguns quiseram (ou ainda querem) fazer crer, este Suplemento não constitui nenhum privilégio – mas sim um direito dos trabalhadores, um forte contributo para a dignificação do trabalho e uma justa compensação pelo conteúdo e natureza das funções em causa.

Em 1998, foi aprovado um decreto-lei que previa a atribuição de tal Suplemento, mas que nunca foi concretizado. Os trabalhadores e as suas organizações nunca deixaram de exigir o seu cumprimento.

Com a epidemia da COVID-19, ficou mais claro o valor dos serviços públicos, a sua importância e o risco que algumas profissões têm para que os municípios pudessem viver com o mínimo de normalidade e qualidade de vida.

Na sequência da proposta do PCP, com a correlação de forças que se verificava na Assembleia da República, o Suplemento foi finalmente aprovado – embora com limitações e insuficiências que foram apontadas desde a primeira hora: primeiro em 2020 na Lei do Orçamento do Estado, depois em legislação específica (decreto-lei n.º 93/2021, de 9 de novembro).

No entanto, estas mesmas limitações e insuficiências, que resultaram das opções do Governo PS, acabaram por se tornar ainda mais graves na sua aplicação até à data, por parte do atual Executivo da Câmara Municipal de Almada.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Se à partida são inadmissíveis as injustiças da própria legislação – como a retirada do próprio conceito de risco, ou situações como a exclusão de todo e qualquer assistente técnico ou técnico superior, por mais gravosa que seja a penosidade ou insalubridade do seu trabalho – mais inaceitável se torna a aplicação injusta e incoerente dessas normas por uma Autarquia.

Excluir trabalhadores da atribuição deste Suplemento pelo simples facto de estarem integrados noutra departamento ou divisão – embora realizando trabalho idêntico – é injusto e inaceitável.

Excluir trabalhadores da atribuição deste Suplemento por não serem assistentes operacionais – embora estando sujeitos a condições de indesmentível e indiscutível situação de penosidade e insalubridade – é injusto e inaceitável.

Discriminar trabalhadores na atribuição deste Suplemento, determinando valores diferenciados em função de critérios de fraco fundamento, é injusto e inaceitável.

O que é justo e exigível é definir a atribuição do Suplemento, face às características do conteúdo funcional do posto de trabalho em causa. Tal implica corrigir a Legislação e torná-la mais justa – mas desde logo aplicar a Legislação de forma justa: atribuindo o Suplemento a todos os trabalhadores que a Lei permite, pelo nível elevado que está previsto.

Por outro lado, é indispensável que em cada momento (isto é, em cada ano) as autarquias tenham em conta o pronunciamento dos trabalhadores e suas organizações sindicais, na base de propostas que devem ser apresentadas na íntegra.

Nos momentos mais duros da pandemia, estes trabalhadores estiveram sempre no desempenho das suas funções, confirmando o valor essencial do trabalho. A resposta e o reconhecimento pela sua entrega, dedicação e profissionalismo têm de ir para além de “aplausos à janela”: têm de passar pela valorização concreta e objetiva dos direitos, das carreiras e das condições de trabalho.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 22 de fevereiro de 2022, delibere:

1. Manifestar a sua solidariedade e reconhecimento para com todos os trabalhadores do Município de Almada, e em particular para com todos os que são sujeitos a condições de penosidade, insalubridade e risco.
2. Pronunciar-se pela necessidade urgente da revisão e correção do normativo legal em vigor, nomeadamente o decreto-lei nº 93/2021, de 9 de novembro, no sentido de eliminar as injustas exclusões e discriminações que penalizam tantos trabalhadores da Administração Local na atribuição do Suplemento em causa.
3. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que, ouvindo e tendo em conta a posição dos representantes sindicais dos trabalhadores, seja assumida a opção de atribuir o Suplemento Remuneratório em causa a todos os trabalhadores que a Legislação permita, pelo nível elevado sem discriminações.”

6.4.8 – A Senhora Deputada Amélia Pardal (CDU) para apresentação da Recomendação “Conservação de Equipamentos Desportivos Municipais”.

6.4.8.1 – A Senhora Deputada Municipal Amélia Pardal (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É do conhecimento público que as Piscinas Municipais na Charneca de Caparica se encontram encerradas ao usufruto da população há bastante mais de um ano.

Chegou recentemente ao nosso conhecimento, que também as Piscinas Municipais na Sobreda (Vale Figueira) encerraram ao público por dificuldades técnicas não especificadas, embora tenham já retomado a sua atividade.

Sabemos, também, que se mantêm dificuldades de funcionamento relativamente às águas quentes nos balneários das Piscinas Municipais do Complexo Municipal dos Desportos “Cidade de Almada”.

Recebemos, entretanto, um conjunto de informações relativas a inúmeras deficiências registadas na Pista Municipal de Atletismo na Sobreda, que o Clube Amigos do Atletismo da Charneca de Caparica fez chegar aos eleitos da CDU, na sequência de reuniões realizadas com técnicos, dirigentes e o próprio Vereador responsável



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

pelo Pelouro do Desporto, não terem permitido avançar qualquer passo no sentido da sua superação, pelo menos de forma visível.

Não vamos referir todas as deficiências, identificadas aliás por todos os clubes que utilizam a Pista Municipal de Atletismo, porque elas foram já formalmente objeto de informação à Câmara Municipal, pelo que são certamente do conhecimento pleno da Sr.^a Presidente e dos Srs. Vereadores com responsabilidades de gestão. Mas não deixaremos de referir, para quem nos ouve e desconhece a realidade, que essas dificuldades afetam desde as infraestruturas da pista aos equipamentos desportivos – anemómetros, painel de tempos eletrónicos, barreiras, falta de bolas medicinais para treino, falta de engenhos de lançamentos, entre muitas outras –, incluindo-se no rol de problemas o próprio ordenamento exterior do estacionamento, que, pasme-se, constitui um evidente constrangimento, em particular para o treino e prática das diferentes modalidades de lançamento.

Sr.^a Presidente, ouvimo-la com regularidade – e com alguma ironia reconhecemos –, referir-se ao facto do Concelho de Almada não possuir nenhum equipamento desportivo que permita a prática de alta competição. Lamenta, diz a Sr.^a, esse facto.

Um facto que, afinal, nem sequer adere à realidade das coisas, já que há poucos dias se realizou em Almada, no Complexo Municipal dos Desportos “Cidade de Almada”, uma competição de altíssimo nível internacional, uma competição mundial, o Grande Prémio de Portugal em Judo, integrado no circuito mundial da modalidade. Uma prova de primeiro nível internacional, onde os atletas portugueses voltaram a brilhar com intensidade, incluindo uma atleta nascida e formada – enquanto mulher e cidadã, e enquanto atleta de alta competição – em Almada. Uma atleta que conseguiu obter mais uma entre dezenas de medalhas ao nível mundial que possui na sua carreira. Dispensaríamos referir o seu nome, tão conhecido ele é, mas entendemos que devemos fazê-lo em jeito de homenagem: falamos, obviamente, da Telma Monteiro.

E chegamos ao ponto que pretendíamos. Sr.^a Presidente, a alta competição só pode acontecer se existirem condições para a formação e para o treino dos atletas com aptidões para alcançarem esse nível competitivo. Sem formação e sem treino, jamais lá chegarão.

Mas a formação e o treino não podem dirigir-se apenas a esse objetivo. É necessário, por um lado, considerar que existe também a competição a outros níveis – local, regional, nacional –, e é sobretudo necessário considerar que a formação e o treino devem voltar-se, no essencial, para a promoção da prática salutar do desporto dirigida a todos os cidadãos, independentemente dos resultados desportivos que possam atingir em qualquer competição.

Sim, Sr.^a Presidente, falamos de desporto para todos enquanto direito constitucional que é assegurado desde 1976! É disso que falamos.

A Pista Municipal de Atletismo – como os outros equipamentos desportivos municipais – poderão não ter condições para a prática de algumas competições – não todas, como vimos – de alta competição. Mas têm, seguramente, as condições, e sobretudo têm a vocação, de proporcionar as oportunidades e os necessários requisitos para que os cidadãos, todos os cidadãos, possam aceder à prática desportiva com o apoio técnico adequado, e quem sabe, um dia atingirem carreiras de nível internacional, como acontece com a Telma Monteiro de quem já falámos.

E por isso não podemos deixar de lamentar profundamente o estado de degradação que os equipamentos municipais de desporto hoje apresentam, e que aqui em síntese sublinhámos.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada recomende à Câmara Municipal que desenvolva com a urgência necessária um plano bem estruturado, coerente e consistente, que garanta a manutenção e conservação adequada dos equipamentos municipais de desporto, de modo a assegurar a prestação de um serviço público que é dever do Município, e simultaneamente garantir o exercício de um direito constitucional dos Almadenses e de todos os Portugueses.”

6.4.9 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentação da Moção “Contra o Desperdício da Água”.



6.4.9.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sendo a água fonte da vida, elemento essencial para a manutenção de todas as espécies e da Natureza à face da terra, é imperativo que a ação humana seja direcionada para a criação de medidas urgentes e enérgicas fundamentais para inverter este ciclo negativo com potenciais danos irreversíveis futuros para a sobrevivência do planeta.

Deste modo, é já um facto inquestionável, e muito preocupante, os problemas e constrangimentos a nível global causados pela falta de água em determinados pontos do mundo muito em resultado e consequência do mau uso que se faz do recurso natural e do desperdício abundante, grande parte das vezes sem critérios objetivos e sem planeamento adequado e em conformidade com as boas práticas ambientais.

A diminuição do caudal e leito dos rios e a água das barragens são bem o exemplo de como a natureza está a mudar e de como a água começa a tornar-se um recurso muito mais escasso do que alguma vez se poderia equacionar, justificando-se assim, de futuro, uma nova forma de encarar este recurso tão precioso para a continuidade da vida humana, animal e vegetal.

Apesar existir nas sociedades nos dias de hoje uma maior consciencialização para os perigos do mau uso e desperdício dos recursos naturais, o combate à escassez da água e ao seu desperdício deve ser intensificado e devidamente planeado, pois os resultados atuais demonstram bem que muito ainda há por concretizar na mudança de paradigma.

O grave problema manifestado através da escassez de chuva intensifica ainda mais a necessidade de novas políticas e medidas locais, nacionais e internacionais que minimizem o forte impacto negativo que a falta de água tem na vida do planeta, Portugal não é exceção e vive no momento, uma grave crise de seca que afeta toda a economia tal como a agricultura e a vida animal dependente do recurso.

A aposta na reciclagem quer na água doméstica consumida nos lares quer a água utilizada pelas entidades públicas na prossecução diária da missão ou ainda na indústria e sectores onde a água é usada em larga escala, tem de ser devidamente planeada de forma a acautelar o seu desperdício ao mesmo tempo que mitiga a fatura financeira, otimizando mais recursos que podem ser canalizados para outros investimentos.

O cuidado com a contaminação dos solos com químicos nocivos altamente perigosos para a saúde, o cuidado com a contaminação dos lençóis freáticos e com a poluição dos rios e oceanos, entre outras, deverá constar das medidas prioritárias a adotar e a reforçar para que a água seja um bem natural ao dispor da vida humana em perfeito equilíbrio com as suas verdadeiras necessidades.

Também as autarquias e o poder local têm um papel preponderante na forma como se usa e se gasta a água.

A criação e o reforço da informação pública e de campanhas junto das populações locais para a necessidade da contenção do desperdício de água e dos recursos hídricos devem continuar, com o objetivo de criar novos hábitos aproveitando quer as novas tecnologias quer o passa-a-palavra junto dos mais novos, preservando o futuro do planeta com as novas gerações.

Perante estes factos, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2022, na localidade do Laranjeiro, vem deste modo:

- 1 - Reconhecer a importância vital que o recurso natural Água tem para a vida humana, animal e vegetal ao nível planetário**
- 2 - Reconhecer o grave problema que a falta de água e o seu desperdício descontrolado tem para manutenção do recurso em condições adequadas para a continuação de um planeta saudável e sustentável**
- 3 - Recomendar à Câmara Municipal de Almada que prossiga e reforce todos os meios necessários e devidamente adequados, para fazer face ao desperdício de água no concelho**
- 4 - Recomendar à Câmara Municipal de Almada que prossiga e reforço e informação e divulgação de boas práticas do uso e utilização do recurso água junto da população.”**

6.5. – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP) (referiu apresentar Declaração de Voto); Nuno Mendes (Chega) (referiu apresentar Declaração de Voto); Karim Quintino (BE); Margarida Paulos (PAN); António Salgueiro (PSD); Ivan Gonçalves (PS); João Galdes (CDU); João Couvaneiro (PS); Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira; Presidente da Câmara Municipal.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-PP vai votar favoravelmente os dois documentos apresentados pelo PSD, que têm a ver com “A Água é Vida” e com a “Extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica”.

Saudar também a moção do PAN, que o CDS-PP vai votar favoravelmente.

Depois entrando nas moções da CDU.

Relativamente à moção dos “Vigilantes da Natureza imprescindíveis para à proteção e conservação da natureza”, esta é uma matéria que está em apreciação na Comissão. Como é evidente a CDU tem toda a legitimidade de apresentar aqui as moções que entender, com as matérias que entender, mas considerando o CDS-PP que esta matéria está em apreciação na respetiva Comissão, à espera de ouvir as partes, vai votar contra, mas apresentará uma declaração de voto relativamente aquela informação que agora acabei de dar, relativamente a esta matéria.

Votará favoravelmente a moção da moção da CDU sobre o “Dia Internacional de Mulher”.

Relativamente às duas moções apresentadas “Contra o desemprego e pela integração com vínculo efetivo das Auxiliares de Ação Educativa dos equipamentos de infância sob responsabilidade da Câmara Municipal de Almada”, e relativamente à outra matéria também “Pela atribuição do suplemento de insalubridade e penosidade sem discriminação para os trabalhadores”, O CDS-PP tem agendada, não foi possível ainda concretizar, mas tem agendada também uma reunião com o STAL, para mais informação relativamente a esta mesma matéria.

Portanto, já foram aqui elencadas algumas situações relativamente a esta mesma matéria, quer pelo Senhor Pedro Rebelo do STAL, quer também por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, e também pela CDU, mas nós neste momento não temos ainda informação e trata-se de duas moções com matéria que com certeza será futuramente de uma apreciação mais cuidada e que interessa com certeza para quem está afeta a estas duas moções, portanto, relativamente a estes trabalhadores, o CDS-PP não vai acompanhar, mas também com essa ressalva de que, esta matéria com certeza virá novamente para cima da mesa e irá também reunir com o STAL para obter mais informação para que possa votar em consciência. Portanto, só por essa questão.

Depois ainda relativamente à outra moção sobre “Conservação de equipamentos desportivos municipais”. Com certeza poderá haver muitos equipamentos municipais neste momento que necessitem de requalificação, há outros que necessitem de criação, nomeadamente, uma piscina olímpica na Costa da Caparica, uma pista de motocross, se calhar uma pista de gelo também, como já foi muito falado há uns anos atrás, mas não deixa de ser curioso que esta degradação e esta falta de equipamentos no Concelho, já vem de há muitos e muitos anos. Portanto, compreendendo esta mesma questão, com certeza uma matéria para ser também trabalhada, futuramente, mas não iremos acompanhar a mesma.”

6.5.2 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não é a primeira vez que sou questionada publicamente, ainda ontem na reunião de câmara sobre esta matéria, também em reunião com as organizações representativas dos trabalhadores, já o disse, e disse sempre desde o verão passado, quando esta questão se começou a levantar, sempre o mesmo e hoje vou dizer exatamente aquilo que tenho dito porque é verdade e eu não posso dizer outra coisa.

Uma coisa é a realidade, outra coisa é aquilo que nós gostávamos que fosse, mas a realidade é a que existe.

Eu vou tentar gastar o menos tempo possível, vou ser um bocadinho pragmática para que possa esclarecer toda a gente e não navegemos neste mar de desinformação deliberada, não deliberada, mas é desinformação.

Em 2019, como já foi aqui dito, de facto, a Câmara Municipal contratou o primeiro grupo de trabalhadores em contratos a termo certo. Fê-lo, na altura não havia pandemia, tínhamos os rácios cumpridos nas nossas escolas, mas há sempre o filho que fica em casa, um acidente que acontece, não era eu que tinha a educação na altura, mas era o Vereador na altura, João Couvaneiro, e isto foi discutido entre nós, na altura da discussão



do Mapa de Pessoal, e fizemos um grupo de contratação a termo certo para acudir a estas necessidades não permanentes do sistema, uma vez que o rácio estava cumprido.

O ano de 2019 decorreu, em 2020 surge a pandemia. E quando surge a pandemia, nós temos a noção exata de que mesmo os dez que tínhamos que não asseguravam as necessidades permanentes do sistema, não chegariam para as situações que íamos ter de isolamento profilático, sem ser profilático, por estarem contaminados, etc. E contratamos novo grupo de trabalhadoras por contrato a termo certo. São no total trinta e quatro, porque trinta e nove eram, mas já não são. São trinta e quatro trabalhadoras que efetivamente estão contratadas desde essa altura assegurando necessidades como já expliquei, não permanentes do sistema.

Durante o ano 2021, todos sabemos que isto acontece em todos organismos, foram se aposentando pessoas, foram falecendo pessoas, foram pessoas abandonando pelas razões mais diversas, e nós entendemos que daquele conjunto de pessoas, havia um subconjunto que tinha que ser contratado por tempo indeterminado, porque sim, já estava a assegurar necessidades permanentes do sistema. E foi isso que fizemos. Fizemos o levantamento das nossas escolas, é disso que estou a falar, fizemos o levantamento e constatamos que havia já um conjunto de postos de trabalho que estavam a ser assegurados por trabalhadoras com contrato a termo certo, mas que efetivamente já significavam necessidades permanentes porque as pessoas que saíram não voltariam, e, portanto, aquilo que aconteceu foi que, na feitura do Mapa de Pessoal para 2022, criamos os postos de trabalho e logo em setembro a Câmara Municipal aprovou a abertura de um concurso para, de uma reserva através de procedimento concursal, para efetivamente substituímos, pelo o único mecanismo que temos que é este, as trabalhadoras que estavam a contrato a termo certo a assegurar necessidades não permanentes e que na nossa perspetiva já asseguravam necessidades permanentes.

Portanto, isto é, o quadro real e objetivo do que aconteceu.

O que é que a moção da CDU introduz aqui de novo? Introduz o artigo 60º e pretende e propõe que à luz deste artigo 60º da Lei 75-B/2020, o Município integre automaticamente os trabalhadores que estão nesta condição como trabalhadores, integra-os no quadro. O artigo 60º que eu tenho aqui à minha frente, começa assim: “as Autarquias Locais podem excecionalmente, no quadro do processo de transferência de competências”, não preciso de ler mais, porque tudo o resto depende disto. E nós não estamos no quadro de transferências de competências. Eu, e agora digo eu, porque fui eu, em reunião com os sindicatos, disse-lhes, percorreremos todos os caminhos que tivermos pela frente, se for possível no momento da transferência de competências, recorrer, não é a todos, porque o que é diz este artigo 60º? Diz que, as Autarquias podem para cumprir o rácio das escolas do Ministério que eventualmente não tenham cumprido, pode ir buscar trabalhadores que tenham estado contratados a termo certo, e sim, pode no quadro da transferência de competências, e nós já fizemos este caminho todo, nós já sabemos quais são os trabalhadores que vão ser precisos para cumprir o rácio das escolas que o Ministério nos vai passar. Mas ainda não passou. E, portanto, aquilo que é a norma habilitante deste artigo, é no quadro da transferência de competências. E eu não a tenho, mas também disse, e disse aos sindicatos, porque é comigo que eles reúnem e disse ontem na reunião de câmara, expliquei a toda a gente que fala comigo, e expliquei às trabalhadoras que comigo falaram, que percorreremos todos os caminhos, porque também nós sabemos, eu não preciso do texto poético do Senhor Pedro Rebelo, nem do Senhor Deputado Municipal Bruno Dias, para ter e saber se calhar melhor do que qualquer um deles, o que significa a ligação afetiva de trabalhadores às crianças com quem se relacionam. Mas isto é uma coisa, a outra é eu poder fazer aquilo que eu quero e que até por acaso seria bom. Mas eu pergunto, quando eu cheguei a este Município em 2017, e me foi atribuído o pelouro dos Recursos Humanos, eu encontrei outras tantas trabalhadoras quanto estas, e estou a dizer de cabeça, mas não erro por dois ou três, estavam aqui exatamente na mesma condição que esta. E essas sim, foram integradas porquê? Porque foi criado um instrumento legislativo que foi a regularização dos precários, e nós integramo-los todos. Agora, eles estavam exatamente nas mesmas circunstâncias e não teriam entrado para o quadro se não tivesse havido a Lei que permitiu essa regularização. Portanto, estamos todos no mesmo barco Senhores Deputados Municipais, estamos todos, não sabe, mas eu sei. Eu sei, eu sei que, cumprirei a Lei e que farei sempre a leitura mais benéfica da Lei, não daquilo que eu quero ou que eu acho que tem que ser, e muito me custa ver, que pessoas que tiveram responsabilidades igualzinhas às minhas, igualzinhas às que eu tenho hoje, e que poderão voltar a tê-las num curto espaço de tempo, não reflitam sobre aquilo que era a situação do momento, e me venham



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

aqui dizer coisas que eu nunca disse, enquanto aqui estive sentada nesta mesa, como Vereadora da oposição. Nunca disse. Porque sou capaz de ler a Lei e de saber aquilo que eu gostaria que acontecesse e aquilo que é possível pedir para que aconteça.”

6.5.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido CHEGA, vai votar a favor das seguintes moções por entender que vêm ao encontro daquilo que defende no seu programa.

Moção “Água é Vida”, assim como a moção “Contra o desperdício da água”. Esta é uma preocupação constante, que nos deverá acompanhar a todos e que se prende com a gestão rigorosa e coerente da água. Desde o momento da sua captação até ao uso final. A continua formação da população das boas práticas no uso dos recursos hídricos, tem que ser uma prioridade política a acompanhar.

Relativamente à moção “Pela extensão do Metro Sul do Tejo”, vamos também votar a favor. Urge transformar as diversas promessas políticas do PS em verdadeiros projetos, que tragam mais valia às populações. A extensão é necessária para que as populações usufruam deste meio de transporte alternativo aos seus veículos automóveis contribuindo para um melhor ambiente e para o bem-estar. Chegou a altura deste tema sair da esfera das promessas televisivas e se tornar realmente um projeto a execução.

Relativamente à recomendação do PAN sobre “Programa Municipal para a Educação Ambiental e Proteção Animal” tem que ser sempre equacionada e é algo que iremos apoiar.

Moção sobre “Vigilantes da natureza” do Grupo Municipal da CDU, o Grupo Municipal do CHEGA vai votar a favor desta moção, porque entende que esta é uma matéria, é uma das suas bandeiras mais importantes no que concerne ao ambiente. Sobretudo, porque toda e qualquer reserva botânica que exista em território nacional tem que ser defendida. Defender a preservação da reserva botânica da Mata dos Medos, é defender um futuro mais saudável para todos, dos cidadãos do Município de Almada e de Sesimbra.

Relativamente à saudação ao “Dia 8 de Março - Dia internacional da Mulher”, é importante que toda a sociedade reconheça o papel fulcral da mulher na sociedade civil, e no seu desempenho em todos os órgãos políticos e sociais, assim como os setores empresariais. O Partido CHEGA recorrentemente defende a igualdade de tratamento das mulheres em Portugal e no mundo. O CHEGA entende que há ainda um longo caminho e trabalho a percorrer, e a desenvolver na sociedade civil. Mas acredita que todos os cidadãos estão a ganhar maior consciência sobre a temática mulher e a sua extrema importância no seio de toda a sociedade. Saudamos todas as manifestações organizadas neste dia internacional, independentemente da sua ideologia política.

Relativamente ao documento sobre o “Suplemento de insalubridade e penosidade”, nós pedimos a separação dos pontos para votação, pedimos que seja separado os pontos 2 e 3, iríamos votar favoravelmente os pontos 1 e 2, porque manifestamos a nossa solidariedade e reconhecimento para com todos os trabalhadores do Município de Almada, e em particular para todos os que são sujeitos a condições de insalubridade e de risco. Concordamos ainda, com a necessidade urgente de revisão e correção do normativo legal em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei 93/2021, de 9 de novembro, no sentido de eliminar as exclusões e discriminações que penalizam os trabalhadores da Administração Local e na atribuição do suplemento em causa.

Relativamente ao ponto 3. O CHEGA entende que a Câmara Municipal terá no mais curto espaço de tempo possível, equacionar a hipótese de atribuir aos trabalhadores, nas condições específicas e de insalubridade de risco, um suplemento remuneratório dentro de uma gestão rigorosa e coerente. Mas carece ainda a verificação do cabimento orçamental para a atribuição do mesmo. E unicamente por este ponto iremos nos abster.

Relativamente à recomendação sobre “Conservação de equipamentos desportivos e municipais.

É com alguma estranheza, para mim morador em Almada, com 44 anos e 43 anos de uma gestão da CDU, estranhar que de repente em quatro anos todos os espaços desportivos de repente ficaram catastróficos. Em quatro anos tudo se estragou. Eu estranho este tipo de propostas porque as coisas foram graduais e claramente não estou aqui a defender este executivo, porque há muitos pontos que têm que ser melhorados,



mas coisas não aconteceram de um dia para o outro. Foi um claro desinvestimento de mandatos anteriores que nos levou à situação em que estamos hoje. Somos de opinião que qualquer recomendação tem que ser explana segundo os critérios específicos, evidenciando os factos e os acontecimentos, não havendo espaço a ataques pessoais, aqui declarados da Senhora Presidente de Câmara de Almada. As recomendações são de facto fundamentais e devem encerrar considerando respeitosos e construtivos, sem laves de ironia ou de ataques pessoais.

Assim, o CHEGA apenas aproveita desta dita recomendação, o facto que se desenvolva com urgência um plano devidamente estruturado, coerente e consistente que garanta a manutenção e conservação adequada dos equipamentos desportivos municipais, de modo a assegurar a prestação de um serviço público capaz, que garanta a todas os almadenses a prática de um desporto tão essencial para a juventude. Que os afastará de outros caminhos medíocres e de outras vivências que sabemos que são prejudiciais. O CHEGA votará esta recomendação a favor se se cingir ao essencial e sua retirada as ironias e ataques pessoais que constam na mesma.

Relativamente à moção “Contra o desemprego integração de vínculo efetivo dos auxiliares da ação educativa”. Esta é uma preocupação constante que nos deverá acompanhar que se prende com a gestão rigorosa dos Recursos Humanos. Achamos que este assunto deve baixar a uma respetiva Comissão, para uma correta análise na posse de todos os factos e dados concretos. Tendo sempre em mente o cabimento orçamental e a legislação em vigor. Em caso de não concordância iremos nos abster nesta moção com a apresentação de uma declaração de voto posterior.”

6.5.4 – O Senhor Deputado Municipal Karim Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também para revelar o sentido de voto do Bloco de Esquerda aos vários documentos que foram aqui apresentados.

Relativamente à moção apresentada pelo CDS-PP, iremos votá-la a favor, e o mesmo se passa com as duas moções do PSD.

Julgamos que a seca que estamos a experienciar no nosso país é apenas uma das muitas manifestações das alterações climáticas que podemos esperar nos próximos anos em Portugal, e como dissemos em tantas ocasiões, durante tantos anos, este não é um problema do futuro, é sim, um problema do presente. Portanto além do trabalho de sensibilização que o PSD aqui defende, e bem, precisamos também de olhar para os nossos métodos de produção, para a forma como nos relacionamos com a natureza, para a forma como consumimos os recursos de um planeta finito, de forma a garantir condições de sobrevivência para as gerações futuras.

Quanto à questão da extensão do Metro Sul do Tejo, bom, para nós já não é uma questão de “se”, mas uma questão de “quando”, porque temos bem presentes não só as palavras do Senhor Primeiro Ministro António Costa nas campanhas eleitorais, mas sobretudo porque o executivo camarário e o Governo brevemente empossado, ainda por cima agora com poderes absolutos, estão em total sintonia. E, portanto, estamos muito ansiosos para ver este projeto a ser implementado muito em breve. Como dizia o outro: “Agora é que vai ser!”

Relativamente às moções apresentadas pela CDU, votaremos a favor da moção que diz respeito aos “Vigilantes da Natureza”, voltando a repetir aquilo que já dissemos na última reunião de Assembleia Municipal, que a intervenção na Mata dos Medos foi, a nosso ver, uma intervenção que em pouco ou nada contribuiu para a sua conservação.

Iremos, naturalmente, votar a favor da moção da CDU relativa ao “8 de Março – Dia Internacional da Mulher”. É verdade que em quatro décadas de democracia, conseguimos avanços importantes na luta pela igualdade entre homens e mulheres, nomeadamente o direito ao voto sem restrições, a integração das mulheres no mercado de trabalho e no ensino superior, a sua representação política, e o direito ao aborto em condições de segurança, por exemplo. No entanto, sabemos que ainda persistem desigualdades estruturais que demonstram que o sistema patriarcal ainda é vigente, ainda é dominante, entre as quais a segregação de género nos cargos de chefia, a desigualdade salarial que tende a agravar-se na reforma, bem como a desigual repartição no exercício das responsabilidades domésticas e em particular com os filhos.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Da mesma forma, mantém-se a naturalização do assédio sexual e da violência doméstica, inclusivamente pelas instituições do Estado, ao ponto de muitas vezes ser o próprio sistema judiciário a desvalorizar a violência, a desculpar os agressores e a responsabilizar as vítimas.

E esta luta da emancipação das mulheres, é ainda mais importante tendo em conta o presente momento de recrudescimento do conservadorismo, do reacionarismo e dos comportamentos racista, machista e misóginos.

Por tudo isto, queremos aqui saudar o Dia Internacional das Mulheres e associamo-nos igualmente à saudação às mulheres de Almada que está plasmada nesta moção.

Votaremos favoravelmente a moção sobre a “Conservação dos Equipamentos Desportivos Municipais” e também a moção relativa às “Auxiliares da Ação Educativa”, pelos motivos que já expusemos no período de intervenção dos cidadãos.

Quanto à moção referente ao “Suplemento de Insalubridade e Penosidade”, votaremos igualmente a favor e subscrevemos o seu conteúdo. Até porque para o Bloco de Esquerda, esta é uma questão de justiça e uma questão de reconhecimento para com os trabalhadores, que muitas vezes se desdobram em várias funções que acarretam níveis elevados de penosidade e insalubridade. É verdade, que a Lei que dispomos é omissa, é discricionária, mas consideramos que este executivo camarário teria aqui uma grande oportunidade para acabar com situações de discriminação e demonstrar que está de facto, solidária com os trabalhadores e com as suas famílias.

Finalmente, votaremos favoravelmente a moção apresentada pelo PAN sobre um “Programa Municipal para a Educação Ambiental e Proteção Animal.”

6.5.5. – A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O PAN irá votar favoravelmente a maioria das propostas, destacando naturalmente as moções apresentadas pelo PSD e pelo CDS-PP sobre a água. De facto, é muito preocupante a seca que estamos a viver, mas também gostaríamos de dizer que é preciso ir mais longe, como também o Bloco de Esquerda já mencionou e também gostaria de dizer que é importante olhar para a água que não se vê. Ou seja, a pegada hídrica daquilo que produzimos.

Trouxe aqui um pequeno gráfico, que não dará para ver de todos, mas vê-se bem a diferença dos vários produtos que consumimos. Por exemplo, para produzir um quilo de manteiga gastamos 18 mil litros de água, para produzir um quilo de carne de vaca gastamos 17 mil litros de água. Neste outro gráfico também mostra a diferença entre os vários legumes por exemplo, e as opções de comer carne ou peixe, ou produtos como o queijo, os ovos e a manteiga e que a diferença, um tomate gostamos 214 litros de água, um quilo de carne de vaca gastamos 15 mil litros de água.

Portanto, de facto, é preciso olhar para o elefante na sala e não apenas dizer que temos que fechar as torneiras, temos que olhar para aquilo que produzimos, é preciso olhar para aquilo de facto, não é tão visível e que não é tão falado.

Em relação à moção apresentada pela CDU, gostaríamos de pedir a votação dos considerandos em separado da parte deliberativa. Naturalmente, reconhecemos e valorizamos o trabalho dos vigilantes da natureza, no entanto, não nos revemos em alguns considerandos quando refere a caça e a pesca como domínios muito importantes.

No que diz respeito à Mata dos Medos e a intervenção que está a ser feita com a construção dos passadiços, reforçamos o que já dissemos anteriormente, que de facto, não concordamos com a forma como a intervenção está a ser realizada, mas também nos preocupa todos as outras utilizações desta área protegida, nomeadamente os condomínios um pouco mais à frente, e preocupa-nos também a falta de intervenção e investimento nestes espaços. Preservar não é deixar ao abandono.”

6.5.6 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Relativamente à Moção do PSD “Pela Extensão do Metro Sul do Tejo”, a CDU fez-nos uma proposta de alteração aqui numa expressão, que é mesmo no final da parte deliberativa, que nós aceitamos a proposta, em vez de “começando pela sua extensão à Costa”, portanto a alteração seria “incluindo desde logo a extensão à Costa da Caparica”. Portanto é esta alteração que a CDU nos propôs e que nós aceitamos.

Relativamente à recomendação do PAN sobre a promoção de um “Programa Municipal para a Educação Ambiental e Proteção Animal” votaremos a favor.

Votaremos também a favor da saudação da CDU ao “Dia Internacional da Mulher” e votaremos igualmente a favor da Moção do CDS-PP “Contra o Desperdício da Água”.

No que se refere à moção da CDU sobre os “Vigilantes da Natureza”, iremos votar contra.

E iremos também votar contra a recomendação da CDU sobre a “Conservação dos Equipamentos Desportivos Municipais”, lembrando o estado de degradação em que a sua gestão de dezenas de anos deixou esses equipamentos.

Votaremos também contra a moção da CDU sobre o “Suplemento de Insalubridade e Penosidade”. Nós também consideramos injustos a não atribuição deste suplemento, por exemplo, à generalidade dos jardineiros ao serviço da Câmara Municipal, mas até que a referida legislação seja alterada pelo Governo não achamos possível que lhes seja aplicado, e esta posição é tomada também face aos diversos pareceres existentes sobre o tema.

No que se refere à moção da CDU sobre as “Auxiliares de Ação Educativa” não é possível votar a favor, já que se trata de matéria considerada ilegal, pelo menos até que ocorra a transferência de competências para a Câmara Municipal.”

6.5.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero dar nota e relembrar algo que toda a gente parece ter esquecido relativamente aquilo que é a proteção da natureza.

Foi no mandato anterior, foi graças a nós, em primeiro lugar, pela primeira vez a Câmara Municipal contratou Sapadores Florestais. Começamos com uma equipa de seis, por questões pessoais alguns saíram, já estamos a relançar um novo concurso para cumprir o rácio de seis.

Foi no nosso mandato anterior, que criamos os Voluntários para a Proteção da Mata dos Medos, e foi também em articulação com o ICNF, que o próprio ICNF reforçou a sua equipa. Portanto, se me permitem acho que não é certamente a CDU que nos vem dar lições de como proteger a nossa Mata dos Medos.

6.5.8 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu falarei aqui sobre a recomendação da CDU relativamente à conservação de equipamentos desportivos municipais, saúdo trazerem este assunto, é um assunto que me diz muito, até porque me dá dores de cabeça todas as semanas. Acho que é muito importante trazê-lo aqui se bem que eu acho que a CDU possivelmente poderá ter-se enganado na figura regimental, porque eu acho que ela não deveria ser uma recomendação, mas sim de um voto de pesar de como deixaram os equipamentos desportivos quando terminaram o seu mandato. Porque a verdade é que não basta nós criarmos equipamentos, formos uma plaquinha, o grande desafio é nós gerirmo-los e mantemo-los. E esse é o grande desafio que hoje temos, e até a recomendação que é muito parca naquilo que trazem aqui, a identificação dos problemas, mas eu podia elencar mais outros. Não falam aqui no fecho da piscina da Caparica, fechou durante uma semana. E fechou porquê? Porque os problemas que identificados obrigavam a que fechasse. A piscina da Caparica, após COVID, as caldeiras não arrancavam, e não arrancavam porquê? Problemas de segurança porque todo o equipamento precisa de ser substituído, porque está em risco de explosão, em risco de segurança para os utentes, foi preciso fechar. Neste momento temos uma previsão em setembro deste ano para o arranque deste equipamento, mas é muito importante nós percebermos que há aqui um trabalho de décadas, de manutenção de equipamentos que não foi feito. A falta de investimento e manutenção que não é feita, transforma-se em necessidade de investimento. E aquilo que



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

nós hoje em dia precisamos de fazer, é que para fazer esse investimento precisamos de fechar os equipamentos, porque por exemplo, no caso das piscinas, a totalidade das caldeiras precisa de ser substituída.

Eu termino dizendo porque eu sei bem porque é que a CDU apresenta esta recomendação nesta altura, sei bem. Porque a CDU sabe perfeitamente, o levantamento exaustivo que temos estado a fazer nos últimos meses, que temos até ao final do mês tudo preparado em termos de levantamento exaustivo de peças para podermos iniciar os procedimentos que têm que ser faseados, por exemplo, no caso das piscinas é preciso fazer uma a uma, por exemplo, hoje em dia temos a piscina da Charneca de Caparica fechada e nós conduzimos todos os utentes para as outras piscinas, não podemos fazer de uma vez, vamos ter de fazer de uma forma faseada e ao longo do tempo. Vamos ter que fazer em muito curto espaço de tempo aquilo que não se fez em décadas. Sabemos muito bem porque é que trazem hoje essa recomendação porque sabem que esse trabalho está já a ser feito e ser ultimado.”

6.5.9 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido Socialista votará favoravelmente a esmagadora maioria dos documentos que estão em apreciação.

Pelos argumentos que já foram também aduzidos nesta reunião, votaremos contra a moção da CDU relativamente à “Conservação dos Equipamentos Desportivos Municipais”.

Abster-nos-emos na moção relativamente aos “Auxiliares da Ação Educativa” e votaremos contra a moção relativa aos “Vigilantes da Natureza”, não porque não concordemos com esta premissa, mas porque há uma série de considerações que constam desta moção que não estão devidamente fundamentadas. Há instituições que dão pareceres técnicos sobre estes assuntos e é sobre essas instituições e sobre esses pareceres que nós nos devemos debruçar e sobre as opiniões de quem são os entendidos nestas matérias, nomeadamente, o ICNF. E, portanto, há uma série de considerações que são feitas que nós não podemos acompanhar e por isso mesmo não votaremos a favor.

Relativamente às outras moções, votaremos a favor. Votaremos a favor da moção “Pela extensão do Metro Sul do Tejo”, sem, no entanto, esquecer esta ressalva que não existe, aliás, é importante que o Governo seja ele de que cor for, apresente por escrito as suas intenções que é aquilo que é solicitado nesta moção. Agora, há uma certeza que nós temos, depois do resultado das eleições do passado dia 30 de janeiro, o Primeiro Ministro continua a ser o mesmo, o Partido Socialista venceu as eleições, esta é uma obra que já foi anunciada há poucos meses pelo Primeiro Ministro em funções e continuará a ser o mesmo, e, portanto, temos toda segurança, que o Metro Sul do Tejo para a Costa da Caparica, será uma realidade. Se tivéssemos tido um resultado diferente nas últimas legislativas não teríamos a certeza, neste caso temos.

E, portanto, esta é uma obra importantíssima para o desenvolvimento do nosso Concelho e acompanharemos também necessariamente esta moção assim como as restantes.”

6.5.10 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós iremos votar favoravelmente todos os documentos que estão apresentados e deixar aqui duas notas específicas sobre dois assuntos que foram aqui trazidos.

O primeiro, é que, Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, eu bem gostaria que estivéssemos todos no mesmo barco, mas infelizmente, não parece que seja essa a realidade.

De facto, o que se passa relativamente ao problema da integração das trabalhadoras auxiliares da ação educativa e do trabalhador auxiliar da ação educativa, é que nós já estamos no processo de transferência de competências, a Câmara Municipal já aceitou a transferência de competências, a Câmara Municipal não tomou nenhuma deliberação e esta Assembleia Municipal também não, no sentido de rejeitar a transferência de competências. E o que Lei define é que as Câmaras Municipais que não quiserem aceitar, têm que deliberar. Portanto, a Câmara Municipal já aceitou e o processo está em curso. Portanto, o processo está em curso e o que o artigo 60º, Lei 75-B, que é a Lei do Orçamento do Estado para 2021, que está em vigor, diz, é que é



durante o processo. Portanto, nós não devemos confundir o processo com o momento final em que esse processo tem a sua conclusão, que é o momento da transferência concreta das competências. O processo está em curso e todas as iniciativas que é preciso tomar no quadro desse processo têm que ser tomadas, e devem ser tomadas atempadamente. E esta é uma delas.

Lamentamos politicamente a Câmara Municipal não queira assumir esta questão, porque é uma questão política que a Câmara Municipal não quer assumir a integração destes trabalhadores no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal.

Portanto, mantemos obviamente, integralmente, aquilo que dissemos relativamente a esta matéria.

A segunda nota que queríamos aqui deixar, é uma nota de regozijo porque o Senhor Vereador Filipe Pacheco, foi capaz de ir mais longe do que a CDU, na crítica que fez ao seu executivo no mandato anterior. Foi capaz de ser mais crítico relativamente à inação e à inaptidão da intervenção da Câmara Municipal durante os últimos quatro anos do que a própria CDU. E isso é naturalmente louvável."

6.5.11 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal João Gerales, não é por se dizer uma coisa vinte vezes que ela passa a ser verdade. O Senhor Deputado Municipal afirmou: "a Câmara não quer", eu disse exatamente o contrário. Disse: "No quadro que temos, se percorrermos o caminho, porque já o estamos a percorrer, o caminho de procurar a solução, não é o caminho da transferência de competências". Já estamos a procurar percorrê-lo e se for possível e se essa possibilidade existir com clareza e fundamentada e que não seja a infração daquilo que temos, eu disse que estamos no caminho à procura de poder resolver o problema. Claro que, nunca poderá ser com a extensão que a moção da CDU propõe, porque o que diz aqui a seguir e eu penso que o Senhor Deputado Municipal leu o artigo 60º todo, é que é para assegurar as necessidades de que o rácio das escolas do Ministério da Educação, não tenha cumprido. E, portanto, esse é o caminho que também já fizemos. Também já sabemos, qual é o deficit em termos de cumprimento do rácio das escolas que iremos receber. Também sabemos. Portanto, temos o trabalho de casa todo feito. Eu não aceito que o Senhor Deputado Municipal afirme: "Lamentamos que a Câmara Municipal não queira". Mas não queira o quê? A Câmara Municipal quer, quer fazê-lo, é de acordo com a legislação que tem e no quadro da legislação que tem e de acordo com as regras que o próprio artigo 60º, que os Senhores é a única base legal que apontam na vossa moção, é a única, quando for claro que estamos no quadro do artigo 60º que aqui tenho na minha frente, a Câmara Municipal querará integrar todos aqueles que o artigo 60º prevê. E fá-lo-emos.

Há uma portaria que o Senhor Deputado Municipal com certeza conhece muito bem, tenho-a aqui também comigo. Atenção, o que eu disse, foi que o artigo 60º diz que, sim senhor, é possível no quadro excecional integrar, mas de acordo com as necessidades de cumprimento do rácio das escolas.

Portanto, temos um quadro claro, o Município está disponível e vai percorrer esse caminho, e, portanto, tudo aquilo que a CDU afirmou que é: "O Município não quer", não é verdade. Eu estou aqui a afirma-lo e por isso darei a cara."

6.5.11 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mais uma vez, há aqui a vontade deliberada, de baralhar as pessoas, de fazer aproveitamento da angústia de pessoas que estão legitimamente angustiadas com o final do contrato, é lamentável por parte de um partido que se diz defensor dos trabalhadores. Portanto, os senhores quando foram executivo e foram muitos anos executivos, sabiam perfeitamente a delicadeza que era gerir as expetativas de pessoas que estão com contratos a termo certo, e na altura, nunca os renovaram. Mas eu também me lembro de declarações da CDU a afirmar que em Almada não havia um único precário. E depois espantem-se, quando foi PREPPAV – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, eram mais de cinquenta. Mas eu irei buscar as declarações do antigo Presidente da Câmara Municipal à comunicação social a dizer: "Em Almada, nem um, não há um precário".



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, o aproveitamento político que os senhores fazem sistematicamente da angústia das pessoas, eu enquanto democrata, enquanto mulher de esquerda, choca-me e continuará sempre a chocar e continuarei a denunciar esse aproveitamento que os senhores fazem.

Segundo ponto. Não. Senhor Deputado Municipal Bruno Dias, que é perfeitamente conhecedor dessas matérias, até pelo excelente trabalho que muitas vezes faz na Assembleia da República.

O processo em curso é após a assinatura do contrato. E uma coisa é nós estarmos a ver com o Ministério a DGEST, aquilo que são as necessidades e preparar os serviços, mas isso é não confundir.

Depois, só houve proposta de extensão de prazo para a área das transferências do social. Portanto, Senhor Deputado Municipal João Galdes, peço desculpa, mas mais uma vez, demonstrou que conhece mal os seus dossiers. Não houve para nenhuma outra área de transferência de competências, extensão de prazo para a não aceitação a não ser na área do social. Não houve para a educação e não houve para a saúde. Agora, nós sempre afirmamos que queremos assumir a transferência de competências, mas queremos fazê-la com condições e com garantias. E é isso com certeza, que estamos a falar com o Governo e com as entidades responsáveis.

Por outro lado, eu peço desculpa, eu tenho falado muito nisto, agora vou mostrar o que é que nós encontramos no Complexo Municipal. Há quatro anos encontramos isto, isto, isto, isto e isto são só equipamentos. E isto é só uma piscina. As outras piscinas estão equivalentes.

Nós iniciamos logo de início mal chegamos, não só um levantamento, como uma série de trabalhos, tentando ao máximo ir arranjando sem fechar os equipamentos. Podiam ter dito: “Não os senhores deviam era fechar de imediato, nós nunca conservamos nada, nunca fizemos nenhum tipo de manutenção, estivemo-nos nas tintas para isto, construímos, já lançamos os foguetes, agora, tanto faz”. Mas não foi isso que optamos. Optamos por manter ao máximo os equipamentos em funcionamento e ir arranjando ao máximo mantendo a capacidade de as pessoas lá irem. Houve de facto, uma questão e aí não podíamos prever. Houve de facto, entretanto uma pandemia. É verdade estiveram fechados. Podiam perguntar: “Porque é que não lançaram as empreitadas?” Porque não se lança de um dia para o outro. Porque estamos numa empreitada de fundo. Senhores Deputados Municipais, ou andaram a dormir durante quarenta anos ou não façam de conta que não sabem o que é um procedimento.

É natural, que agora, de repente, ao fim de quatro anos, a CDU diga: “Vocês não fizeram nada durante quatro anos”, Senhores Deputados Municipais, dada a dimensão astronómica de tudo que há para fazer, havia muito para fazer. Podíamos ter sido mais eficazes? Talvez, podíamos. Não foi um mandato fácil o do ano passado? Não. Não foi. tivemos uma série de constrangimentos? Tivemos. Continuamos a trabalhar? Continuamos. É que não nos ficamos só pelas caldeiras, é que ao mesmo tempo que estamos a reabilitar as caldeiras, tudo o que é a maquinaria que sustenta as piscinas, também tivemos que regularizar muitos trabalhadores, também estamos a reabilitar balneários, também estamos a reabilitar o resto do Município, por exemplo, no caso do Feijó, houve uma emergência que os Senhores Deputados Municipais parecem ter esquecido, tivemos que reabilitar todo o teto do Pavilhão, todo o teto do Pavilhão que estava em risos de cair. Noutra piscina era porque o teto tinha caído e era o ar condicionado que também estava em riscos de ruir, pondo em causa toda a segurança, como é que os Senhores Deputados Municipais da CDU, não são capazes de olhar ao espelho, e dizer: “Há matérias que é melhor não abordarmos”. Porque se há uma matéria onde deviam ter francamente justificações a dar aos almadenses, é como é que deixaram chegar estas instalações que são públicas, foram construídas com dinheiro público e que pura e simplesmente chegaram a um estado de degradação inaceitáveis. E de facto, pior do que isto, só mesmo as piscinas de São Paulo.”

6.5.12 – O Senhor Deputado Municipal João Cuvaneiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para deixar absolutamente claro, até porque tive responsabilidades e não me furto nunca às responsabilidades que assumi, quero dar nota daquilo que existia e que conheço não só na qualidade de Vereador, como de utilizador dessas instalações e como filhos que tive também a utilizarem essas instalações.



Em primeiro lugar, quero dizer que, tínhamos infiltrações nas instalações, telhados que deixavam passar água, com aberturas do tamanho de bolas de futebol, com sistemas de AVAC que estavam avariados há anos. E os sistemas de AVAC aquilo que fazem nestas instalações é garantir os índices de humidade que permitem por exemplo, que as estruturas que fazem o teto falso, que não caíam como caíram, porque estavam avariadas. Tínhamos caldeiras absolutamente podres e sem sistema de redundância, estes equipamentos são montados com redundância e isso não existia e estavam podres como foi mostrado aqui. Tínhamos balneários absolutamente insalubres, onde quero dizer olhos nos olhos ao Senhor Vereador, onde o meu filho que foi atleta de judo no Pavilhão Municipal, nunca tomou banho porque eu tinha medo que ele tomasse banho naqueles balneários. E já agora, quando tinha quatro e cinco anos, hoje tem catorze. Quero dizer que faltavam painéis solares, como sabe, somos honestos, faltavam os painéis solares, tinham roubado o cobre, não é seguramente culpa sua, mas isso dificultava o aquecimento das águas e colocava sob pressão as caldeiras, que já estavam incapazes de fazer aquilo que era o seu serviço.

As canalizações todas podres, todas. O sistema elétrico cheio de deficiências, e por isso, não vale a pena vir atirar areia para os olhos das pessoas e aquilo que nós estamos aqui, é como foi dito, a montar um programa que já vem de trás, que neste momento, há que arranjar orçamento para ele e que seguramente vai ser resolvido.

Foram arrançados os tetos, foram arrançados balneários, foram arrançadas caldeiras, portanto, é desnecessário estarem a dizer que em quatro anos não se fez nada. Fez-se muito, e resolveram-se muitos problemas. Um dos primeiros, aquele que nos deu mais trabalho, e não vale a pena estar aqui também a encher o peito a defender os direitos dos trabalhadores, porque um dos que deu mais trabalho, foi garantir que as pessoas que trabalhavam nas instalações desportivas municipais, tinham condições de dignidade, recebiam todos os meses, sabiam quem era o seu empregador, porque essa foi uma das prioridades.”

6.6 - O Senhor Vereador António Matos usou da palavra em defesa da honra.

6.6.1 – O Senhor Vereador António Matos:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A grande década de início da construção das infraestruturas municipais foi nos anos noventa, e, portanto, chegamos aos anos dois mil naturalmente, com as infraestruturas com um nível de utência e de utilização, naturalmente muito intenso e, portanto, com níveis de relação óbvios em função do dilatado número de anos, e com uma utência claramente referencial, isso é visto nos mais diversos estudos académicos, uma utência referencial, pela sua amplitude e diversidade de grande dimensão.

Naturalmente, que nos últimos anos, sobretudo no princípio dos anos 2007, 2008, 2009, 2010, por aí fora, começou a ser necessário ir gastando mais verba para a manutenção dos equipamentos. A verdade é que os equipamentos e isso é reconhecido pela comunidade académica que ali fez vários estudos, tinham um nível de utilização e um nível de qualidade no seu funcionamento claramente referencial nacional. Nos últimos anos, para manter essa funcionalidade, aqui quebrada naturalmente, por uma outra incidente decorrente do número digamos, avançado dos equipamentos, mas nos últimos anos, o Município, utilizava umas verbas que tinham sempre o terceiro dígito a nível de centena de milhar. Portanto, só para dar um exemplo, do último mandato, tínhamos em 2014, em conservação dos equipamentos desportivos, o Município gastou 290.000.00€ (duzentos e noventa mil euros) em conservação, perfeitamente documentadas, quer ao nível de documentação em outsourcing, quer em nível de meios próprios. No ano de 2015, 365.000.00€ (trezentos e sessenta e cinco mil euros); em 2016, 880.000.00€ (oitocentos e oitenta mil euros); em 2017, 248.000.00€ (duzentos e quarenta e oito mil euros); no primeiro ano deste executivo, decidiu quebrar com todos os orçamentos, mandar abaixo os orçamentos, deixou de gastar dinheiro na conservação, gastou em 2017-18 5.781.00€ (cinco mil setecentos e oitenta e um euros); em 2019 até 26 de novembro, gastou 7.852.00€ (sete mil oitocentos e cinquenta e dois euros), quando era preciso centenas de milhares de euros. Mandou abaixo os orçamentos, deixou de gastar dinheiro, correu com as pessoas, não ouviu as pessoas que estavam lá, todas as pessoas que sabem de manutenção não são ouvidas por esta equipa e de uma forma perfeitamente desonesta, o modo como essas fotografias foram obtidas com os adjuntos atrás da Senhora Presidente a tirar aquelas fotografias, de uma forma absolutamente inqualificável, inqualificável.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Portanto, este executivo deixou de conservar equipamentos e de gastar dinheiro a partir 2018. Naturalmente que entraram em colapso.”

6.6.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não sei se respondo no âmbito da defesa da honra do Senhor Vereador, porque eu não percebi muito bem quem que é tinha sido o autor nem sequer qual é que era a afirmação que o Senhor Vereador considera ter sido ofendido, ou então em defesa da minha própria honra porque acabou de dizer que nós tínhamos usado métodos desonestos de ir tirar fotografias. Ou seja, é ir a umas caldeiras com o fotógrafo tirar fotografias ao que lá está, não me parece que haja qualquer perigo de desonestidade. Houve aqui um qualificativo que naturalmente, não aceito.

Relativamente à desonestidade, eu só relembro que inclusivamente, e até foi aprovado em reunião de Câmara, que a substituição inteira de todo o teto do Pavilhão do Feijó. Como deve imaginar, não custou 7.000.00€ (sete mil euros)”

6.6.3 – O Senhor Deputado Municipal João Couvaneiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para clarificar aquilo que disse a Senhora Presidente e já agora para ilustrar os números expressivos, mas equívocos, que foram aqui trazidos pelo Senhor Vereador António Matos.

Só a cobertura do Pavilhão do Feijó, que deixaram apodrecer por não terem arranjado o sistema de AVAC, custou meio milhão de euros. Só. Os balneários insalubres, custaram 250.000.00€ (duzentos e cinquenta mil euros, números redondos. E, portanto, há muita forma de se fazer obras, o que importa é fazê-las e temos estado a fazer.”

6.7 – Não havendo mais pedidos de palavra, e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado os seguintes resultados:

6.7.1 - A Moção “Água é Vida”, foi aprovada por unanimidade.

6.7.2 - A Moção “Pela extensão do Metro Sul do Tejo”, foi aprovada por unanimidade.

6.7.3 - A Recomendação “Programa Municipal para a Educação Ambiental e Proteção Animal”, foi aprovada por unanimidade.

6.7.4 - A Moção/Deliberação “Vigilantes da Natureza imprescindíveis à proteção e conservação da natureza”, foi rejeitada por maioria e votada por pontos:

6.7.4.1 – Os Considerandos foram rejeitados por maioria com 21 votos contra sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 1 abstenção da Deputada Municipal do PAN e 16 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE e 2 do Grupo Municipal do Chega;

6.7.4.2 – Os pontos 1, 2 e 3 foram rejeitados por maioria com 21 votos contra sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP e 17 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do Chega e 1 da Deputada Municipal do PAN.

6.7.4.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) referiu o envio de uma Declaração de Voto.

6.7.4.3.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as municipais;



O CDS-Partido Popular entende que, estando em apreciação na respetiva Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Almada, o assunto em apreciação da moção da CDU relativamente a matéria que tem a ver com o abate de pinheiros localizados na Mata dos Medos na Charneca da Caparica, tal como a instalação de passadiços pela autarquia, é extemporânea a apresentação, discussão e votação da mesma moção, considerando que há necessidade de mais esclarecimento e informação por parte das entidades interessadas e com responsabilidade na matéria, razão pela qual, o Deputado Municipal do CDS-Partido Popular, não se sente em condições de votar de forma esclarecida e inequívoca, o documento nº 7 respeitante ao Período Antes da Ordem do Dia da Ordem de Trabalhos.

6.7.5 – A Saudação “8 de Março – Dia Internacional de Mulher”, foi aprovada por unanimidade.

6.7.6 –A Moção/Deliberação “Contra o desemprego e pela integração com vínculo efetivo das Auxiliares de Ação Educativa dos equipamentos de infância sob responsabilidade da Câmara Municipal de Almada”, foi aprovada por maioria com 14 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e 3 do Grupo Municipal do BE; 1 voto contra do Deputado Municipal do CDS-PP e 23 abstenções sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das União e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do Chega e 1 da Deputada Municipal do PAN.

6.7.6.1 – Os Senhores Deputados Municipais António Pedro Maco (CDS-PP) e Nuno Mendes (CHEGA) anunciaram que apresentariam Declarações de Voto.

6.7.6.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Perante os factos descritos na respetiva moção, entende o CDS-Partido Popular, não ter conhecimento e informação que baste para que possa apreciar os conteúdos com clareza e votar de forma esclarecedora. Acresce ao facto de se tratar de uma matéria que está a ser apreciada no processo de transferência de competências do Estado para as autarquias, de modo que, entende ainda o CDS-Partido Popular que é necessário agir em conformidade perante a lei e ao abrigo das respetivas atribuições e competências de cada órgão.

O CDS-Partido Popular defende, desta feita, que perante o assunto em epígrafe, e sendo também sensível aos factos em apreciação no que se trata em concreto de vínculos laborais de trabalhadores ao serviço do município de Almada, a moção deverá ser tratada na respetiva comissão permanente da Assembleia Municipal de Almada, razão pela qual, deveria baixar à comissão em razão da matéria, para mais esclarecimentos das partes envolvidas e uma melhor apreciação.

Mais se deve ressaltar e realçar que ao contrário do que quer fazer crer a moção da CDS, o Governo do PSD/CDS-PP, tomou determinadas medidas em termos de leis laborais não por livre e espontânea vontade, mas por imposição de um conjunto de obrigações a que o Estado português estava sujeito em resultado de uma intervenção financeira externa decorrente da denominada Troika.

Contudo, no quadro atual, o CDS-Partido Popular está disponível para ser parte integrante conjunta na tentativa de resolução dos contratos dos trabalhadores auxiliares de ação educativa dos equipamentos de infância da Câmara Municipal de Almada.”

6.7.6.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega Absteve-se na proposta apresentada e denominada de “Auxiliares Ação Educativa”.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA é a favor do fim dos contratos precários e de toda a instabilidade laboral dos Trabalhadores, visto que estas políticas geram desemprego, logo mais encargos sociais, geram conflitos no seio familiar, por falta de dinheiro para fazer face ao dia a dia familiar, geram problemas sociais locais e nacionais.

As Escolas precisam de trabalhadores capacitados e que complementem o trabalho letivo. As Auxiliares de Ação Educativa são cruciais nas Escolas.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O Grupo Municipal do Partido CHEGA entende que este tema deverá baixar à respetiva comissão para que seja analisado e elaborado parecer para que a Câmara Municipal de Almada o analise com o merecido respeito. Devido à recusa do Proponente, o Grupo Municipal da CDU, em debater o assunto em comissão, o Grupo Municipal do Partido Chega absteve-se na votação.

6.7.7 – A Moção/Deliberação “Pela atribuição do Suplemento de Insalubridade e Penosidade sem discriminações para os Trabalhadores”, foi rejeitada por maioria e votada por pontos:

6.7.7.1 – Os considerandos foram rejeitados por maioria com 21 votos contra sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 17 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do Chega e 1 da Deputada Municipal do PAN;

6.7.7.2 – O ponto 3 foi rejeitado por maioria com 21 votos contra sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 15 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE e 1 da Deputada Municipal do PAN e 2 abstenções do Grupo Municipal do Chega.

6.7.7.3 – Os Senhores Deputados Municipais António Pedro Maco (CDS-PP) e Nuno Mendes (CHEGA) anunciaram que apresentariam uma declaração de Voto por escrito.

6.7.7.3.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sendo uma matéria que o CDS-Partido Popular tem vindo a acompanhar ao longo dos anos decorrente das vontades e necessidades dos trabalhadores da área de salubridade da Câmara Municipal de Almada, e considerando que não foi possível até ao momento da sessão de assembleia municipal reunir com o STAL para a obtenção de esclarecimento e informações concretas sobre o ponto da situação das reivindicações, o mesmo irá aguardar esses esclarecimentos para que possa tomar uma posição oficial sobre as exigências dos trabalhadores da autarquia.

O CDS-Partido Popular defende que as autarquias devem ter uma política de apoio aos trabalhadores ao mesmo tempo que deverá respeitar o quadro atual dos seus direitos, a fim de se criar harmonia entre quem gere e quem decide com quem executa.

Em suma, um assunto que não está encerrado e que merecerá novas rondas de conversações com o objetivo de satisfazer as partes envolvidas.”

6.7.7.3.2 – O Senhor Deputado Municipal António Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega relativamente à proposta apresentada e denominada de “ Suplemento Insalubridade e Penosidade”, solicitou que os 3 pontos desta proposta fossem submetidos a votação de forma separada.

O Grupo Municipal do Partido Chega manifesta a sua solidariedade e reconhecimento para com todos os trabalhadores do Município de Almada e em particular para com todos os que são sujeitos a condições de penosidade, de insalubridade e de risco, pelo que manifestará um voto favorável quanto a este número 1.

O Grupo Municipal do Partido Chega pronuncia-se a favor da necessidade urgente da revisão e correção do normativo legal em vigor, nomeadamente o decreto-lei nº 93/2021, de 9 de novembro, no sentido de eliminar as exclusões e as discriminações que penalizam os trabalhadores da Administração Local na atribuição do Suplemento em causa. O GMPC votará a favor deste número 2.

No que concerne ao ponto 3. O Grupo Municipal do Partido Chega entende que a Câmara Municipal terá de, no mais curto espaço de tempo, equacionar a hipótese de atribuir aos trabalhadores nas condições específicas de penosidade, de insalubridade e de risco, um Suplemento Remuneratório, dentro de uma gestão rigorosa e coerente, fazendo Jus à legislação em vigor.”



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

6.7.8 – A Recomendação “Conservação de Equipamentos Desportivos Municipais”, foi rejeitada por maioria com 21 votos contra sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 15 votos a favor sendo 11 do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 do Grupo Municipal do BE e 1 da Deputada Municipal do PAN e 2 abstenções do Grupo Municipal do Chega.

6.7.8.1 - O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto.

6.7.8.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega Absteve-se na proposta apresentada e denominada de “Recomendação Equipamentos Desportivos Municipais”.

O Grupo Municipal do Partido Chega é de opinião de que toda e qualquer Recomendação deve ser explanada segundo critérios específicos, evidenciando os factos e os acontecimentos, não havendo espaços a ataques pessoais, aqui declarados à figura da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada.

As Recomendações são de facto peças fundamentais e que devem encerrar considerando respeitosos e construtivos, sem laivos de ironia e de ataques pessoais.

O Grupo Municipal do Partido Chega entende que a Recomendação só faz sentido se for lavrada construtivamente.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Chega apenas e tão somente aproveita desta dita Recomendação o facto que se desenvolva com a necessária urgência um Plano devidamente estruturado, coerente e consistente, que garanta a manutenção e conservação adequadas dos equipamentos municipais de desporto (negligenciados desde o período que a CDU geria os destinos da Câmara), de modo a assegurar a prestação de um serviço público capaz, que garanta a todos os Almadenses a prática de um desporto, tão essencial para a Juventude, que a afastará de outros medíocres caminhos e de outras vivências que todos sabemos prejudiciais.

O Grupo Municipal do Partido Chega solicitou a remoção dos ataques pessoais desta proposta, que pouco dignificam o Órgão da Assembleia Municipal, o que foi recusado pelo Grupo Municipal da CDU.

Face a esta recusa e unicamente por este motivo o Grupo Municipal do Partido Chega absteve-se na votação.”

6.7.9 – Moção “Contra o Desperdício da Água”, foi aprovada por unanimidade.

7. Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 23 de fevereiro, pelas 21H15.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, da Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos Vereadores Senhores/as José Pedro Ribeiro, Francisca Parreira, Filipe Pacheco, Nuno Matias, António Matos, José Luís Matos, Helena Azinheira, Tiago Galveia e Jefferson Oliveira.

9 – Foi verificada a presença de cerca de vinte cinco munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

27 27 27